

ROSANGELA MORELLO

OS MEANDROS DA ALTERIDADE:
MARCAS DE DIZER E INDISTINÇÃO DE VOZES NO DISCURSO

Dissertação apresentada ao Departamento
de Lingüística do Instituto de Estudos
da Linguagem da Universidade Estadual
de Campinas como requisito parcial para
a obtenção do título de mestre em
Lingüística.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - SP

1995

A meus pais
Waldir e Lúcia.
Aos moradores de Barra de
Novo Brasil, no Espírito Santo.

Agradeço

A Rni, pelos gestos e palavras que, nutrindo de sentido o meu dizer, tornaram possível este trabalho.

As pessoas de Barra de Novo Brasil que me cederam suas falas para este trabalho; não agradeço apenas pela disponibilidade para as gravações, mas sobretudo pelo carinho e apoio que souberam me dar desde sempre. Estou especialmente grata à Evânia, Rosiane, Dernival e Martha, pela colaboração no trabalho de registro das falas.

A Onice, Gilvan e também Adriana, não só, mas especialmente, pelas conversas sobre este texto, fundamentais para sua elaboração.

A Wilma e Ivone; ao Saulo, Ione, Antônio e Telma, pela presença constante e amizade. A Mara, pelo grande apoio e compreensão. Ao Vandro e Warley, pelo cuidado fraterno, não me deixando "seguir à deriva".

A minha família: inominável o seu sentido neste e para este trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos concedida no período de março de 1990 a agosto de 1992.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I: ENTREFALAS	3
1 Sobre as Falas: considerações iniciais	5
2 As Falas no Discurso	6
CAPÍTULO II: ENTRE UMA E OUTRA FALA: DELIMITAÇÕES NA ENUNCIÇÃO	14
1 Introdução	14
2 Os Outros Discursos	16
2.1 Exterioridade Constitutiva e Processos de Enunciação ...	16
2.2 Heterogeneidades: mostrar o <i>outro</i> e circunscrever o <i>um</i>	25
3 Falo, falei, fala, falou, ..., falamos	32
3.1 Explicitações e Delimitações	32
CAPÍTULO III: MOVIMENTOS ENUNCIATIVOS E INDISTINÇÃO DE VOZES	38
1 Introdução	38
2 Mostrar o <i>outro</i> sem circunscrever o <i>um</i> : a Indistinção	40
2.1 Plurivocidade	40
2.2 Deslizamento Enunciativo	48
3 Indistinção de Vozes: Dispersão de Enunciados e do Lugar de Enunciação	52

CAPÍTULO IV: MEANDROS DA ALTERIDADE: OS DESDOBRAMENTOS NA ENUNCIÇÃO	57
1 Introdução	57
2 Desdobramentos na Enunciação: uso/menção e usuário/observador	59
2.1 Desdobramentos Enunciativos e Indistinação	61
2.2 Indistinação e Incompletude	62
3 Um Certo Modo de Dizer	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA	78

APRESENTAÇÃO

As formas lingüístico-discursivas em que o dizer se dobra ou se desdobra em um *dizer outro* ou de *outro* (discurso relatado, glosas, comentários,...) remetem a uma complexidade enunciativa, manifestando, em seus funcionamentos, uma relação *necessária e constitutiva* do discurso (e do sujeito) com o *outro*.

Compreendendo essa relação no modo como é apresentada junto às noções de *heterogeneidades enunciativas* (Authier, 1982, 1984, 1992) e de *interdiscurso*, no campo de conhecimento da Análise do Discurso (cf. Pêcheux, 1975, 1988), nos propomos, neste trabalho, a investigar o funcionamento daquelas formas de desdobramento do dizer em uma prática discursiva determinada: o discurso rural cotidiano.

A observação de uma recorrência na explicitação das *falas* que compunham o dizer, associada a algumas formas ou marcas específicas — como se poderá ler no primeiro capítulo — produziu o estímulo inicial.

Mas, enquanto procurávamos os traços mais regulares dos modos de emergência dessas formas, visando a uma compreensão

mais geral de seu funcionamento, nosso olhar era insistentemente inquirido por uma espécie de des-regularização na relação entre as falas.

Esboçava-se, nessa des-regularização, um intrincamento de falas no discurso, insinuando um quadro enunciativo particular e uma relação de não limites entre o discurso do *um* e o *outro*. Dessa des-regularização consiste o que passamos a denominar de *indistinção* de falas e que se encontra descrita no terceiro capítulo deste trabalho, após as considerações (no capítulo II) sobre as relações do discurso e do sujeito com o *outro*, conforme mencionamos.

Por fim, centramos nossa discussão sobre a *indistinção* visando a compreendê-la em uma dimensão discursiva, em articulação à dimensão de *incompletude* (Orlandi, 1987, 1988) da linguagem (e do sujeito) e a aspectos teóricos que foram assumindo contornos significativos ao longo de nosso percurso.

As noções mobilizadas em nosso trajeto, criando a possibilidade de um trabalho como este, explicam nossa opção pela Análise do Discurso como perspectiva de reflexão sobre a linguagem.

CAPÍTULO I

ENTREFALAS

então *eu falei* ... *falei* assim se você não quiser ficá por aí você vai embora *eu falei* intê agora eu tive dó de você (por?) que ... quantas vezes que *ele fala* assim ah ... você não precisava de ir trabalhá ... pode ficá em casa ... mas eu ficando em casa eu ficava preocupada mais ainda ... né

Situação 03, 1992.

ele é bom *eu falei* o Y ... mas ruim que num dá valor ao serviço ... agora né ... *ele falou* assim se eu pagá você se eu pagá dois salários você ... tem que pagá os outros também

Situação 05, 1992.

é só trabalhá mesmo muito ... *eu falo* assim né ... só trabalhá demais mas ... é! agora acaba as panha entra as capina ... né

Situação 10, 1993.

porque o P. tem essa idéia ... né D? porque faz a casa de tábuá *ele falou* porque depois a gente vai precisá da casa (?) fica paiol ... porque também vocês eles não tem lugá de guardá as coisas né?

Situação 01, 1992.

Explicitação recorrente das muitas falas que vão compondo o dizer; *gestos de dizer* que recortam o fio do discurso nele se representando em enunciações outras: marcas que, nos *recortes* apresentados, emergem junto à colocação em cena pelo sujeito do *discurso de um outro* em seu discurso ou a colocação do seu próprio discurso como um *outro* (Pêcheux, 1983a).

Implicando, ao mesmo tempo, uma dissociação de dois planos enunciativos no fio do discurso, ou seja, uma passagem do plano do dizer em *curso* ou em *uso* para aquele de um dizer em *menção*, e um *distanciamento* do sujeito enunciador que de simples *usuário*, faz-se também *observador* das palavras que utiliza, tomando-as por *objeto* (um dizer *outro*), aquele conjunto de marcas funda um traço enunciativo generalizado no discurso cotidianamente produzido no meio rural, do qual recortamos os enunciados citados. Falamos principalmente da localidade de Barra de Novo Brasil, localizada no interior centro-norte do Estado do Espírito Santo.

De tanto ouvir (e ver) a insistência de um *outro falar* ou um *falar outro* entremeando esse discurso, nos propomos a perscrutar os ecos que se produzem nessas diferentes vozes, e, no limite mesmo do espaço alcançado por nossa audição (e visão) neste momento de reflexão, ensaiamos esse nosso gesto.

Entre as muitas direções que nos seriam possíveis seguir, fomos tomando alguns atalhos no processo mesmo em que a reflexão foi ganhando corpo. Começaremos por delinear nosso campo de observação.

1 SOBRE AS FALAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como os exemplos anteriores o demonstram, os contornos mais visíveis da recorrente explicitação das falas no discurso se desenham na presença de marcas enunciativas como *falar*, em suas diversas variações de tempo e pessoa do tipo: *eu falo/ falei/ vou falar (x)* ou *ele/ela fala/ falou/ vai falar (x)*, e de rupturas sintáticas provocadas por uma inserção direta das falas no fio do discurso.

Em sua representação no fio do discurso, essas falas não dizem respeito a um enunciado tão somente, ou seja, a uma seqüência lingüística enquanto "manifestação particular (...) *hic et nunc* de uma frase" (Ducrot, 1987:164). Elas remetem a situações de enunciação, quer dizer, a sistemas enunciativos envolvendo locutor, interlocutor, situação de produção e código (Authier 1977, 1978), sendo o enunciado um seu elemento. O termo *fala* assume, desse modo, em nossa reflexão, esse sentido particular de uma situação de fala, a ele equivalendo também o uso que fazemos de termos como *vozes*, *dizeres* e *situações de enunciação*. Quanto à noção de enunciado, a ela associamos, conforme Ducrot, a seqüência lingüística produzida.

Deixando entrever, no momento mesmo da explicitação, uma insistência na delimitação das vozes que (se) vão tecendo (n)o discurso — da voz que fala e daquela que esta voz simultaneamente escuta como outra —, a presença generalizada daquelas marcas engendrou nossa primeira inquietação. Ela nos levou a uma indagação sobre a relação da repetibilidade das marcas com um processo mais geral de constituição do discurso,

considerando que, ao tornarem explícita uma delimitação das vozes, estas marcas configuravam um espaço meta-enunciativo de organização dos dizeres em relação ao qual o próprio discurso parecia se estruturar.

Marcando o início de nossa investigação, essa indagação nos instigou a focalizar mais de perto aquelas marcas, em seus modos de emergência. Como objetivo: encontrar, na insistência de sua repetição, espaços de enunciação mais regulares que nos permitissem compreender e explicitar seu funcionamento.

Um olhar mais direcionado requer, no entanto, que os olhos (e ouvidos) se detenham sobre a linguagem, que a recortem em situações específicas e delas retenham o que mais se avizinha das questões que se vão formulando. Considerando esse processo como intrínseco à configuração do objeto de estudo, parece necessário nos remetermos, primeiramente, às situações discursivas que compõem nosso campo de observação, procurando localizar as condições que, lhes sendo constitutivas, nos levam a definir alguns parâmetros para sua compreensão.

2 AS FALAS NO DISCURSO

A partir da questão inicial que mobiliza este nosso estudo, uma primeira delimitação dessas situações discursivas deve considerar a sua relação com aquilo que do exterior, *objetivamente* as conforma: a sua ocorrência no cotidiano do meio

rural. Quer dizer, elas não sofrem, à princípio, as coerções mais gerais de um contexto institucionalmente marcado e têm, como linha demarcatória, sua realização em uma região rural geo-demograficamente definida¹.

Desta maneira, textos orais, registrados em períodos descontínuos — meses de janeiro e julho de 1991 e 1992 — naquela região, compõem o material que tomamos como referência em nossas análises. As gravações envolvem situações variadas de produção de fala: entrevistas previamente marcadas na casa de alguns moradores e que se deram, na maioria das situações, com a presença de mais de um deles; conversas entre pessoas que se visitavam e em relação às quais a gravação acontecia com ou sem o conhecimento prévio delas e, por fim, registros de diálogos ocorridos somente entre moradores, sem a nossa presença².

Mas, se a existência daqueles *traços objetivos* nos permite delimitar um campo do dizer específico — o discurso cotidiano rural —, não seguimos, nessa delimitação, as linhas

¹ Conforme mencionamos anteriormente, trata-se da localidade de Barra de Novo Brasil, um pequeno povoamento integrado ao distrito de Novo Brasil, município de Colatina, no Estado do Espírito Santo. Em linhas gerais, ela se caracteriza pelo reduzido número de habitantes, cerca de 500, quase todos descendentes de italianos, e por ter na agricultura a principal atividade econômica. Para essa atividade, a terra se reparte entre pequenos e médios proprietários, havendo também o sistema da meia. As atividades sociais têm como centro a Igreja, a Escola e o Campo de Futebol.

² No conjunto, as gravações perfazem um total de 8 horas, abrangendo cerca de doze situações de fala diferentes. A parte transcrita perfaz um total de 80 páginas. No corpo deste trabalho são apresentados apenas os recortes necessários à exposição.

certeiras de uma realidade rural *evidente*, que se define por *si mesma*. Ao contrário, o nosso reconhecimento da existência dessa realidade se remete ao processo histórico e social onde se estruturam, em um mesmo movimento e sob a *eficácia material do imaginário* (Pêcheux, 1988: 125), os "objetos da realidade" e os espaços de sua enunciação.

Detendo-nos um pouco mais sobre esse aspecto, podemos dizer que o sentido do que se enuncia e o *modo* como se o faz — inextricavelmente ligados — não escapam, segundo Pêcheux (1988), ao fato de que "algo fala" (*ça parle*) sempre "antes, em outro lugar e independentemente", fato próprio às relações interdiscursivas³. Porque são elas que, sob a forma do *pré-construído* (o sempre já-dito, a universalidade das "coisas do mundo") e das *articulações* (relações possíveis de serem evocadas, considerando certos elementos, certos sentidos, e não outros) fornecem "a cada sujeito" sua "realidade", enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas" (idem:162).

Desse modo, é no tecido mesmo das relações interdiscursivas que adivinhamos algo e o experimentamos como realidade rural (trata-se da *necessidade-real*, conforme Pêcheux, 1988). Também nesse tecido é que situamos aquele discurso como um campo de dizer, espaço de enunciação e estruturação de

³ O INTERDISCURSO é definido por Pêcheux como o "todo complexo com dominante" das FORMAÇÕES DISCURSIVAS, intrincado no complexo das FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS e submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que rege a relação entre tais formações (Pêcheux, 1988:162).

objetos ao mesmo tempo.

Mas a estruturação desse campo de dizer não segue ao acaso. Com Foucault (1987), aprendemos que essa estruturação se dá como espaços de enunciação mais ou menos regulares, definidos em função de um conjunto de regras anônimas e históricas presentes no espaço e no tempo de uma época determinada. Ela se con-forma, então, como regularidades enunciativas, dando origem às *formações discursivas*, e se exerce como *práticas*, porque possui uma face ao mesmo tempo textual e social.

A partir dessas considerações, torna-se possível dizer, então, que se por um lado opera de forma "evidente", em nossa sociedade, uma definição de meio rural que se funda em critérios de ocupação do espaço territorial — englobando uma contabilização dos corpos e dos seus modos e instrumentos de atuação nesse espaço —, por outro, o estabelecimento desses critérios se processa no entrelaçamento de sentidos cuja enunciação é possibilitada por sua inscrição nas *práticas discursivas*.

Na configuração dessas práticas e no modo pelo qual, inscritas no interdiscurso, elas se delimitam reciprocamente por relações de confronto ou agregações, é que reside, para nós, a possibilidade de considerarmos a existência de um *discurso rural cotidiano*. Este pode ser pensado, portanto, como

um discurso que constrói em um mesmo movimento, sua identidade e sua relação com os discursos (outros), os quais lhe permitem estabelecê-la (Maingueneau, 1987:122).

Ao mesmo tempo, por compreender desse modo o discurso rural, vemos se instaurar um lugar particular para a compreensão das marcas enunciativas: o que propõe levar em conta a relação entre a sua materialidade enquanto formas de língua que se realizam na seqüência verbal e a dimensão interdiscursiva da qual elas se revestem. É essa relação que se encontra claramente formulada por Courtine. Para ele, o modo de concepção dos objetos de que fala o discurso para um sujeito enunciador e o modo de articulação desses objetos na seqüência lingüística se regulam por sua inscrição no interdiscurso (1982:56).

A essa configuração teórico-analítica das situações discursivas enquanto objeto de reflexão veio se articular, ainda, um outro aspecto sobre o qual se reteve nossa atenção: o caráter de oralidade dos textos.

Uma relativa liberdade na ordenação das palavras, a entonação marcando a inevitável relação do segmental ao supra-segmental e a linearidade temporal — em vez de espacial, como é própria à escrita — (Gadet & Mazière, 1986), interditando qualquer apagamento ou correção do *dito* a não ser por retomadas no próprio fio do dizer, imprimiam àquele discurso um modo de linearização de enunciados estreitamente articulado à oralidade.

Em uma dinâmica relação com as condições de produção das falas — sobretudo os processos interativos, dialógicos, dos interlocutores — os enunciados ganhavam corpo e, projetando uma

profusão de vozes e sentidos *intervalares* (Orlandi, 1988), insinuavam os limites de nossos registros e produziam, como efeito, um certo desnivelamento na visualização escrita do oral.

Incontornável, tendo em vista o conjunto de traços específicos que acompanham a produção oral da língua, esse efeito de desnivelamento se representa, em nosso trajeto, em uma dupla forma.

Uma dessas formas se localiza na condição mais imediata e localmente definida para a transcrição dos enunciados tendo em vista, por exemplo, a dificuldade em adequá-los ao padrão de pontuação da escrita e a conseqüente adoção de critérios específicos na transcrição⁴. Como veremos mais adiante, dimensões próprias aos fatos discursivos que analisamos acentuam esse desnivelamento, restringindo principalmente o uso das aspas.

A outra forma diz respeito ao fato da oralidade se apresentar como uma condição mais geral de produção do discurso cotidiano rural. Neste discurso, a oralidade não representa somente uma oralização da linguagem, mas também um modo de sua produção⁵. Quer dizer, este discurso se constitui, em nosso

⁴ Utilizamos basicamente os procedimentos de transcrição do projeto NURC, explicitados em A LINGUAGEM FALADA CULTA NA CIDADE DE SÃO PAULO, Vol. II, 1987:9-10. Desse modo, as pausas são marcadas por (...), as interrupções dos enunciados por (O), a entonação fática (letras maiúsculas), as citações (" ") e entre parênteses, acompanhada por uma interrogação, a hipótese do que ouvimos, ou apenas uma interrogação, quando a incompreensão foi total.

⁵ Estamos nos remetendo aqui a uma oralidade que se opõe ao escrito e que se diferencia de uma oralização da escrita, conforme é apresentado em Gallo, 1992.

entender, em uma prática *oral* da linguagem, correspondendo ao que Zumthor chama de *oralidade mista*:

procede da existência de uma cultura "escrita" (no sentido de "possuidora de uma escritura") (mas) ... a influência do escrito permanece externa, parcial e atrasada (Zumthor, 1993:18).

Resulta dessas observações que se a condição para tornar legível isso que não é escrita equivale, nas palavras de Gadet & Mazière,

a *quebrar* a aparência gráfica (não só) suprimindo evidentemente a pontuação (o que é um ponto e vírgula no oral?), mas também rompendo a linearidade espacial própria à escrita demasiadamente conformada por nossos hábitos de leitura e não paralelizável à linearidade temporal do oral (1986:60)

para nós, trata-se também de não ignorar o modo pelo qual a oralidade estaria investindo a língua de uma materialidade distinta daquela da escrita, e com isso, desvelar os pontos, se houver, em que ela vem se aliar às marcas enunciativas, em sua repetição, para organizar e significar o dizer.

Em outras palavras, ao situarmos o discurso cotidiano rural como uma prática oral da linguagem, entendemos que ele se reveste do que Zumthor chama de uma tradição oral, isto é, de uma oralidade situada na extensão e duração temporal, em articulação à qual se daria a transmissão oral ou a oralização da língua nas enunciações.

Estas considerações nos levam a compreender a oralidade, em nosso trabalho, como uma condição de produção do discurso sendo, portanto, passível de ser percebida no corpo da linguagem como algo que a estaria estruturando e cuja presença se localizaria para além das diferentes marcas que a explicitam.

Levando em conta uma prática discursiva determinada — a rural — e a oralidade enquanto uma dimensão particular das condições de sua produção, procuramos, então, focar as marcas de inscrição das falas no discurso.

O modo pelo qual as marcas (se) projetam no fio do discurso (em) um espaço meta-enunciativo de organização do dizer configura, conforme mencionamos anteriormente, o foco de interesse de nossa investigação. Como essa organização se verifica basicamente na distribuição das falas, que ao mesmo tempo se mostram e estruturam o discurso, procuraremos, a seguir, abordar com mais acuidade esse aspecto, tomando por eixo a inter-relação entre explicitação e delimitação, já evocada.

CAPÍTULO II

ENTRE UMA FALA E OUTRA: DELIMITAÇÕES NA ENUNCIÇÃO

De resto, acontece-nos com frequência perceber no texto o rumor, vibrante ou confuso, de um discurso que fala da própria voz que o carrega.

P. Zumthor, A Letra e a Voz: 35

1 INTRODUÇÃO

Uma constatação, de caráter bem geral, permite um aprofundamento na compreensão de nosso objeto de estudo: as marcas de explicitação das falas tornam visível em um discurso a sua relação com *discursos outros* produzidos em outro lugar e/ou por outrem.

Não que essa relação com os *discursos outros* possa ser reduzida ao que se torna visível junto a estas marcas. Essa relação se apresenta, na verdade, como algo inevitável a todo e qualquer discurso porque ela compõe, como já tivemos

oportunidade de expor brevemente em nossas considerações sobre o discurso rural cotidiano, uma exterioridade interdiscursiva onde um discurso se delimita e se significa.

Considerando, desse modo, a existência de uma relação entre discursos que remete tanto a outros discursos constitutivos em função dos quais um discurso específico adquire seus sentidos e se define em sua identidade, quanto a discursos outros, visíveis, designados como tais no fio de um discurso, torna-se relevante nos determos, neste momento, sobre o modo como essas relações se configuram, tendo em vista o fato de que as marcas de explicitação das falas no discurso rural possuem justamente a especificidade de tornar tais relações explícitas. Por isso, vamos acompanhar com mais acuidade como as relações entre discursos acontecem, procurando desvendar, junto à explicações que nos são dadas, o modo como nelas e a partir delas se arranjam os processos de enunciação, e neles, o de enunciação de uma fala *outra* ou de *outro*.

Em nosso trajeto de reflexão, encontramos a relação *entre discursos* formulada teoricamente em diversas perspectivas, construindo cada uma seu objeto e espaço de explicação próprios. Sem que (noss)os ouvidos e olhos se isentem do movimento interpretativo que acompanha, necessariamente, o processo de escuta ou leitura dessas formulações outras, cuidamos para identificar as que melhor nos servissem de ponto de ancoragem.

Inicialmente, discernimos aquelas que, de acordo com nossas considerações anteriores, propõem identificar na *interdiscursividade* um lugar de constituição dos discursos. São dizeres que nos colocam em uma perspectiva discursiva de

trabalho com a linguagem e que se reúnem basicamente em torno das considerações de Michel Pêcheux.

Por um outro viés, o da enunciação, localizamos os trabalhos de Jacqueline Authier sobre a heterogeneidade do e no discurso; de modo mais específico, os que se organizam em torno das discussões sobre as formas do discurso relatado (1978), sobre as formas da heterogeneidade mostrada (1981, 1982, 1984) e sobre a *autonomia e modalidade autonímica* (1992).

Por fim, centramos a atenção no modo como a relação com o discurso outro se mostra nos gestos de explicitação dos dizeres no discurso cotidiano rural.

2 OS OUTROS DISCURSOS

2.1. *Exterioridade constitutiva e processos de enunciação*

Sob a forma de algo que fala sempre *antes*, em *outro lugar* e *independentemente*, as relações interdiscursivas configuram, como já explicitamos, uma anterioridade e uma exterioridade a todo discurso (Pêcheux, 1988).

Neste modo de concepção e descrição do processo de constituição de um discurso, o interdiscurso é apresentado como espaço onde se acha desenhado o campo de "tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)" ou o campo de "tudo a que se opõe o que o sujeito disse" (Pêcheux & Fuchs, 1990:176). Nesse espaço se constituem os processos de enunciação como

lugares de formulações possíveis², de modo que o que é "selecionado" e "tornado preciso aos poucos" dá-se sempre como uma fronteira ao que é rejeitado (idem). Nesse sentido, o *intradiscurso*, enquanto o fio do discurso do sujeito,

é a rigor um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal do exterior (Pêcheux & Fuchs, 1990:167)

A exterioridade, nessa perspectiva, é simultânea à própria atividade de linguagem, ao próprio discurso, existindo já (e sempre) como aquilo que não é formulável, não-dizível.

A respeito desse não-dito discursivo, P. Henry explica que ele de forma alguma se confunde com aquele das implicações ou das pressuposições passível de reconstrução através de "instruções" contidas na seqüência lingüística (Henry, 1977). Trata-se segundo ele, de um não-dito *dito além, em outro lugar*, que investe o discurso de um caráter de "evidência das coisas do mundo", nele se apresentando como um *pré-construído*.

A seqüência discursiva efetivamente produzida, formulada, no intradiscurso, fundando-se em dizeres outros, se remete, desse modo, não somente ao *discurso outro* nela

² É ao UNIVERSO DO DISCURSO que remetemos a realização dessas formulações, compreendido aqui como um intrincamento de FORMAÇÕES DISCURSIVAS, sendo estas os pontos de "estabilidade e de coerência no interdiscurso (... constituindo) o "sistema de pré-construção" específico de um conjunto de seqüências discursivas" (Lecomte, apud Authier 1992:122). Seguindo Pêcheux, diremos ainda que, numa FORMAÇÃO IDEOLÓGICA dada, as FORMAÇÕES DISCURSIVAS determinam O QUE PODE E DEVE SER DITO e que é por relação a elas que as "palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido" e "os indivíduos são "interpelados" em sujeitos-falantes" (Pêcheux, 1988:160-170).

explicitado, mas também ao interdiscurso

lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (domínio da memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito (Orlandi, 1990: 42).

Por outro lado, a exterioridade constitutiva, interdiscursiva, referente a esse não-dito que impregna necessariamente o dito, não pode, conforme nos alerta Pêcheux, ser confundida com aquela que se mostra nos e pelos mecanismos enunciativos e que resulta de uma defasagem, também inevitável, que o discurso de *um outro* introduz no fio do que se enuncia. A enunciação, e com ela, a *tomada de posição* do sujeito, enquanto sujeito-falante na atividade de linguagem, traduz um *desconhecimento* da determinação daquela exterioridade constitutiva realizando-se no espaço da *ilusão* da *evidência* do sentido e da autonomia do dizer.

Ao sentido que *evidentemente* diz das *coisas do mundo* responde simultaneamente o sujeito (a *forma-sujeito*, nos termos de Pêcheux: 1988) que *sabe* dizer e *porque* diz; um sujeito *fonte* que, identificado à formação discursiva, reconhecendo-se nela, desde sempre *desconhece* o *dejá-dit*, representando-se no controle de si e do seu dizer.

Para explicar esse processo de *reconhecimento* ou da evidenciação do sujeito em si e por si, Pêcheux especifica o modo como se dá aquele *desconhecimento*.

De acordo com Pêcheux, o *desconhecimento* significa um *esquecimento* que assume uma dupla forma: uma radical, de

natureza *inconsciente*, está ligada à própria constituição do enunciado em relação ao não-dito discursivo, sendo ao mesmo tempo necessária à constituição da subjetividade do sujeito; trata-se do esquecimento de nº 1. Outra, o esquecimento de nº 2, é parcial e diz respeito aos processos de *identificação* conforme eles emergem no fato de o sujeito, instalado em sua evidência, se movimentar no universo do dizível. Nele se configuram os diversos mecanismos através dos quais o sujeito faz um retorno sobre seu próprio discurso tendo em vista a defasagem que o discurso de um *outro* aí introduz (1990:176-7). O intradiscurso se estrutura sob o efeito desse *esquecimento*, porque nele se produz, conforme Pêcheux (1988) a *impressão de realidade do pensamento* exercida na forma de uma *ilusão referencial* ou, de acordo com Orlandi (1987), na *ilusão* de que há uma relação termo a termo entre o dizer, o pensamento e o mundo.

A partir dessas considerações, compreendemos que os mecanismos de enunciação através dos quais o sujeito-falante *constrói o seu dizer*, delimitando-o em sua forma e/ou sentido, explicitam a relação desse dizer com o dizer de *outrem*. No entanto, essa explicitação se exerce pelo recurso a enunciados que *pré-constroem* os conceitos e definições utilizados e que *sustentam* as formulações e as relações de sentido desejadas. Nesse sentido, aqueles mecanismos não apenas tornam visíveis os *outros discursos* no discurso como mostram um incessante retorno ao exterior constitutivo, escamoteando ao mesmo tempo, sob a forma de um controle necessário, porém *ilusório*, o fato de que

este exterior é já-sempre a condição mesma de existência de um enunciado.

Uma duplicidade na configuração da *exterioridade* ao discurso se esboça então: ela *se constitui no* discurso, sendo a presença de uma *falta*, ou seja, sendo uma *defasagem* inerente à constituição de uma identidade para o discurso e que nele se prescreve como uma discriminação entre o que lhe é próprio e o que é *outro*, e simultaneamente ela *constitui o* discurso, isto é, o excede impreterivelmente, sendo as *evidências* que o sustentam.

Por essa relação imbricada com a exterioridade específica a um discurso, as marcas enunciativas de modo geral, e as de explicitação das falas em particular, vão (se) permeando (de) outras dobras do processo de produção do discurso, implicando os modos pelos quais são trabalhados os limites com o *outro exterior constitutivo*. Neste ponto se projeta, em nosso percurso, uma outra voz que, incumbida de um exaustivo trabalho sobre as modalidades de enunciação do discurso *outro*, recorta o campo das relações entre discursos e circunscreve, em termos operacionais particulares, o funcionamento dos muitos mecanismos meta-enunciativos que as organizam. Referimo-nos aos trabalhos de J. Authier sobre a *heterogeneidade* do e no discurso.

Organizando de forma fundamental os estudos desta autora está a proposta de que se veja nos mecanismos meta-enunciativos uma *representação* do processo de constituição do sujeito e do discurso face à alteridade.

Manifestando o processo de escuta — ou de leitura — que, simultaneamente à fala — ou à escrita — se refletem na progressão linear (da linguagem), desviando-a (Authier, 1982:93)

estes mecanismos, de acordo com esta autora, se inscrevem *especularmente*, em *reflexo*, na linearização do dizer, constituindo um meta-discurso natural, ordinário, que vem especificar um elemento do discurso como *outro*.

Se os valores que esta alteridade pode tomar no fio do discurso podem ser vários — muitos dos quais são freqüentemente precisados em estudos pragmático-comunicacionais: distanciamento do locutor, adequação do dizer a uma situação enunciativa particular, etc. — a presença do *outro* no discurso remete, de acordo com Authier, às palavras de outros, às outras palavras, em tudo, sempre, no discurso, fato que se encontra explicitado em outros campos do saber além da lingüística (Authier, 1982).

Embora esta autora reconheça nos trabalhos sobre o *interdiscurso* a consideração desse *outro* em todo o discurso, em seu recorte teórico ela evoca, de maneira particular, o *dialogismo*, no modo como é concebido no horizonte semiótico-literário dos trabalhos de Bakhtin, e o *Autre* do inconsciente, conforme a elaboração de Lacan, no campo da psicanálise. Cada uma a seu modo próprio, estas noções conduzem ao reconhecimento do *outro* como constitutivo do sujeito e do discurso.

Pela via do dialogismo chega-se ao *outro* que não é o "duplo" de um face-à-face da interlocução, nem mesmo o "diferente", mas o *outro* que está *no* um, que o atravessa

constitutivamente (Authier, 1982:103). Não se escapa, segundo Bakhtin (1988), à orientação dialógica da linguagem, à medida que a relação de um dizer com a fala de *outrem* é inevitável.

Na perspectiva da psicanálise, deve-se reconhecer "como lei de toda fala (...) o fato de que sempre, sob nossas palavras, outras palavras se dizem (e que) ... o sujeito é o que surge do viver sobre a ação da linguagem (...). Sendo efeito, ele não é causa de si mesmo" (Lacan). Trata-se, neste caso, de um sujeito-efeito da linguagem, que segundo Lacan, é um sujeito dividido. É sua inscrição na ordem do *simbólico*, como um *moi*, que impondo a divisão consciente-inconsciente, restitui ao sujeito uma imagem de autonomia e unicidade².

Uma linguagem fundamentalmente dialógica e um sujeito *descentrado*: nas bordas dessa alteridade inevitável à linguagem, dessa divisão fundadora do sujeito, Authier tece suas considerações, focalizando os *pontos* meta-enunciativos cuja emergência atribui ao *outro* o estatuto de um

fenômeno *local*, acidental (e não constitutivo) e de um fenômeno *controlado* a partir da sobrepujança de uma posição meta-enunciativa (e não o que radicalmente despossui o enunciador do domínio sobre a "comunicação", a nomeação, o sentido (1994: 256).

² A função centralizadora do MOI não se exerce fora da ilusão que anula, no imaginário, a divisão, a falta e a perda que afetam o EU (Lacan, apud Authier, 1992, Tomo I: 96-101).

Nesses *pontos* se configura, conforme Authier, um modo de dizer *dobrado*, onde o dizer se realiza falando das coisas como palavras, se representa enquanto se faz e se mostra em sua forma mesma e que se opõe a um modo de dizer *standard*, *ordinário*, onde o dizer se efetua simplesmente falando das coisas.

Caracterizado basicamente pela possibilidade de um enunciador tomar um elemento de sua fala ou escrita por objeto, esse modo de dizer *dobrado* diz respeito, de acordo com Authier, aos processos meta-enunciativos que se manifestam tanto nos mecanismos de nominalização aos quais toda palavra está sujeita, quanto naqueles que, em formas lingüisticamente definidas como as do discurso relatado, dos comentários, das aspas, das glosas, das citações, etc., incidem sobre o fio do discurso para designar um fragmento como um discurso *outro* ou *de outro*, ou então para redizê-lo sob *certa* maneira ou sentido.

Retomando esses processos meta-enunciativos, de modo mais específico na forma que eles assumem nos trabalhos sobre a *autonomia* e a complexa estrutura da *conotação autonímica* de J. Rey-Debove (cf. Authier, 1992, tomo I: 41-9), Authier empreende uma investigação procurando descrevê-los em suas diversas formas de ocorrência e em suas propriedades enquanto modalidades de enunciação.

Sobre o traçado geral da estrutura enunciativa do dizer *dobrado*, em *menção*, Authier persegue as diferenças entre uma

menção autonímica do signo e uma *menção conotada*, designando, a partir delas, uma configuração enunciativa particular.

Em linhas gerais, a *autonomia* se vincula aos processos de nominalização do dizer, onde o signo é tomado como um seu objeto (X é uma palavra ...). No entanto, o signo pode ser objeto também de uma conotação de *menção* que acompanha o seu uso ("X" é uma palavra ..., onde as aspas atribuem ao signo um estatuto outro, distinto daquele em que ele normalmente é tomado). Nesse caso, a *menção* se acompanha de uma distância, um *desvio* entre o enunciador e a palavra que utiliza, configurando os processos de *conotação autonímica*. Atribuindo os traços de opacificação/transparência referencial e de representação de um dizer/auto-representação do dizer que se vai fazendo a estes funcionamentos do dizer em *menção*, Authier traça, em uma análise multifacetada, os contornos da *modalização autonímica do dizer*³.

³ Authier, Tomo II: 41-51. A configuração teórica da **MODALIDADE AUTONÍMICA** é apresentada como uma reformulação e ampliação do campo dos fenômenos abarcados pela **CONOTAÇÃO AUTONÍMICA** de J. R. Debove. Enquanto a **CONOTAÇÃO AUTONÍMICA** estaria inscrita no quadro do signo, de modo que o seu uso normal se dobra de uma sua conotação, como um sentido outro, particular, o que é dado pelo caráter polissêmico do signo (essa conotação não se realizaria sem o signo mundano, normal), a **MODALIDADE AUTONÍMICA** aparece inscrita no quadro do dizer do signo e sua configuração não supõe a realização do signo normal, já que ele pode aparecer materialmente confundido, via *autonomia*, com o signo *autônomo*. Em um ponto qualquer da cadeia, os dois signos podem se sobrepor.

2.2. Heterogeneidades: mostrar o outro e circunscrever o um

Ao abordar a configuração meta-enunciativa do dizer, Authier a focaliza tanto no plano formal da língua, propondo uma sua descrição a partir de sua materialidade significante, isto é, de formas da língua e/ou da língua como sistema de formas, quanto na atividade de linguagem, como um modo de enunciação em que o enunciador "retoma a linguagem", tornando-a um "objeto", no momento mesmo em que se coloca em uma posição de "observador", à distância de seu dizer (Authier, op.cit.).

Sustentando-se em uma propriedade intrínseca às línguas naturais — a propriedade de reflexividade⁴ — essa possibilidade de uma retomada da linguagem no interior dela mesma apresenta-se, conforme mencionamos, como um modo de enunciação em que o dizer é dobrado, distanciado, e que para Authier reflete, em níveis diferenciados (entre os co-enunciadores, do discurso consigo mesmo, entre as palavras e as coisas, das palavras consigo mesmas) uma não-coincidência da enunciação (1987:76).

⁴ Essa propriedade diz respeito à capacidade das línguas naturais de se descreverem sem passar por outro sistema semântico (Maingueneau, 1989:93), e que Benveniste (1989:62) explicita ao analisar a língua como um sistema interpretante por excelência, pois "ela pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma". Trata-se, enfim, do que Jakobson formula como uma faculdade, porque a "faculdade de falar uma língua implica aquela de falar desta língua" (apud Authier, 1992, Tomo II: 21).

Essa não-coincidência, nos indica Authier, designa espaços em que o dizer deixa de funcionar em sua *transparência*: instaura-se a possibilidade da incompreensão, do mal-entendido, da ambigüidade; projeta-se a inquietude de um dizer *certo*, a necessidade da compreensão. Desse modo, a não-coincidência remete a pontos onde se cruzam a busca por fixar um *um* (uma forma, um sentido, um sujeito) e o reconhecimento do *não-um* (das outras maneiras de dizer, outros sentidos, outros sujeitos). Em outras palavras, altera-se e afirma-se, no mesmo movimento, o caráter *uno* e *transparente* do signo e do sujeito, e o que lhe é estranho, *outro*.

É o caráter "normal", "em si", *um*, do emprego de uma palavra-instrumento que é aí suspenso (...). A "alteração" local da transparência marca que nesse ponto de seu dizer, o enunciador encontra "o *outro*" (Authier, 1987:76).

Des-dobrando o dizer, recortando-o, redizendo-o, os mecanismos meta-enunciativos, na perspectiva de Authier, remetem, portanto, necessariamente ao *outro*: o do *outro discurso* localmente definido sob as formas da menção ou da citação, mas também o *discurso outro* que fundamenta a linguagem (de acordo com a concepção de dialogia, de Bakhtin) e constitui o sujeito (na clivagem do Outro no inconsciente, como se concebe na psicanálise). Nas palavras de Authier:

Todo discurso se encontra constitutivamente atravessado pelos "outros discursos" e pelos "discursos do Outro". O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala) mas uma condição (constitutiva; porque se fala) do discurso de um sujeito falante que não é a fonte primeira desse discurso (Authier, 1982:141).

Esse *outro* "radical, em exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, e como tal, não localizável e não representável" (Authier, 1984:108), configura, segundo esta autora, uma *heterogeneidade constitutiva* que se opõe à heterogeneidade que os mecanismos meta-enunciativos inscrevem no fio do discurso, no sentido de que estes tomam a forma de uma *heterogeneidade mostrada*.

Mais especificamente, enquanto formas da heterogeneidade mostrada, eles constituem

uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: eles constroem, no desconhecimento desta, uma representação da enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser tecido (idem: 107).

Negociação "obrigada", explica Authier, ante a irredutibilidade da "divisão" que constitui o sujeito falante e a sua fala.

Negociação que, à maneira dos mecanismos de *denegação*⁵, resulta de uma espécie de admissão "intelectual" dessa divisão, aparecendo como "nomeações" pontuais daquilo que é *necessário* ao sujeito *desconhecer*.

Desta maneira, o "outro mostrado" responde à impossibilidade, para o sujeito, de escapar àquela divisão que o ameaça e que o destitui de sua posição — imaginária — de *domínio (maitrise)* sobre si, sobre seu dizer. Sua "nomeação" significa a destituição da "divisão" de seu caráter inaugural e, no mesmo movimento, a restituição de uma *coincidência* do sujeito consigo mesmo.

Ao se constituírem nessa relação com o *outro* e *Outro*, as formas da heterogeneidade mostrada retratam essa relação, exercendo-se como modos de controle-regulagem do processo de enunciação pelo sujeito. Não a partir de qualquer projeto intencional do sujeito, mas como uma necessidade. Sua emergência representa os pontos onde se estabelecem as fronteiras entre o que é do domínio de *um* sujeito e *um* (seu) discurso e o que pertence aos *discursos outros*.

Tomando a forma de um *controle*, de uma *unicidade*, essa representação, nos indica ainda Authier, se exerce simultaneamente em dois domínios. De um lado, no da relação do sujeito com esse *outro exterior*, quando ao se atribuir a este um lugar pontual, constrói-se uma representação de um *UM* - sujeito

⁵ No sentido psicanalítico; trata-se de uma forma clássica de neurose: a de uma negação explícita que o sujeito opõe ao reconhecimento de um elemento recalçado (Authier, 1982:143).

e discurso - único, homogêneo. De outro, no da relação do sujeito com a língua, quando ao se apresentar um "enunciador capaz de se colocar a todo momento à distância de sua língua, de seu discurso, isto é, de ocupar, face a eles, tomados localmente como objetos, uma posição de observador" (1984:106), constrói-se a representação de um sujeito que separa o que é seu e o que é de *outro*, que manipula a língua e o próprio pensamento.

O funcionamento do conjunto de formas da heterogenidade mostrada traz consigo, portanto, de acordo com as formulações de Authier, um reconhecimento do *não-um* constitutivo da enunciação, vinculando-se a uma necessidade de circunscrição do *um* realizada naquela dupla forma de representação de unidade.

Essas considerações propõem, então, um estatuto enunciativo complexo para as marcas de explicitação das falas no discurso cotidiano rural: o de formas da heterogenidade mostrada. Mais especificamente, de formas *marcadas*, ou seja, explicitadas no fio do discurso, por oposição às *não-marcadas*, como acontece com o discurso indireto livre, a ironia, ou ainda as metáforas, os jogos de palavras, etc, que representam, em um *continuum*, a incerteza que aí caracteriza a retomada do *outro*. Estas são formas mais arriscadas de negociação com a heterogeneidade constitutiva

porque elas jogam com a diluição, a dissolução do outro no um, donde este pode sair enfaticamente confirmado ou pode aí se perder (Authier, 1984: 108).

A dimensão de *representação* imaginária que constitui a colocação em cena, na enunciação, das formas da heterogeneidade mostrada, tendo em vista a necessária re-instauração de uma *unidade* ao sujeito e ao discurso face ao *outro heterogêneo constitutivo*, se articula à dimensão da realidade "meta" de *representação* da linguagem no interior dela mesma. Esta realidade, como dissemos, está ligada ao próprio funcionamento da língua, à faculdade de linguagem do sujeito. Para Authier, reconhecer esse real da enunciação não significa, no entanto, apagar a *dimensão imaginária* que, sob a impressão do erro, do distanciamento, da contradição, ..., acompanha sua representação para o sujeito enunciador, instituindo-o em "fonte de seus atos lingüísticos"; ao contrário, significa reconhecer a *dimensão imaginária* em sua função de *desconhecimento* como constitutiva daquele real (Authier, 1992, Tomo I: 26-33).

Atribuindo, então, à estrutura meta-enunciativa, a especificidade de realizar uma articulação entre "dois planos — não confundíveis — da representação imaginária da enunciação e do real dessa enunciação que se vai fazendo, do qual a representação é parte constitutiva" (Authier, *idem*), Authier focaliza os gestos meta-enunciativos descrevendo-os segundo o modo pelo qual, representando o dizer nele mesmo, eles realizam a "retomada" em *menção* (representada) desse mesmo dizer.

Para além de um acompanhamento das nuances que percorrem aquela descrição, interessa-nos a possibilidade de nos instalarmos em certos sentidos que o conjunto de considerações feitas até este momento nos propicia para, sob sua orientação,

retornarmos ao discurso cotidiano rural, em cujo fio irrompem insistentes marcas ou gestos meta-enunciativos de explicitação de vozes.

Um desses sentidos diz respeito à compreensão dos processos de enunciação. A partir do que foi dito até agora, podemos compreendê-los em seu caráter histórico e ilusório, pois se realizam na ilusão subjetiva do sujeito falante, sendo engendrados na interdiscusividade (Pêcheux, op.cit.); dessa maneira, eles se apresentam como processos imaginários fundados no *esquecimento* ou *desconhecimento* pelo sujeito de sua determinação ideológica, ou da inescapabilidade ao heterogêneo constitutivo, conforme Authier.

Um outro sentido nos orienta mais especificamente na abordagem dos gestos meta-enunciativos de explicitação dos dizeres. Como dissemos anteriormente, estes gestos assumem, para nós, o estatuto de heterogeneidade mostrada e marcada. Isso significa, principalmente, que estaremos considerando a sua necessária relação ao heterogêneo constitutivo, o que nos leva a focalizar o seu funcionamento na forma de uma representação imaginária de controle-regulagem do processo de enunciação pelo sujeito, compreendendo-os como pontos limites entre o que se representa como sendo próprio ao sujeito que se enuncia e ao seu discurso, e o que se representa como *outro* ou *de outro*.

A partir desses sentidos mais evidentes, vamos restituir a este nosso texto, o objeto discursivo que queremos compreender.

3 FALO, FALEI, FALA, FALOU, ... FALAMOS

Nas incisões que as marcas de explicitação, enquanto formas *marcadas da heterogeneidade mostrada*, provocam no fio do discurso cotidiano rural, vemos que se manifesta, de fato, um projeto de separação dos dizeres. Ao explicitarem as falas, as marcas funcionam ao mesmo tempo como mecanismos de circunscrição de um enunciado em relação ao sujeito e à situação de sua produção, fato que pode ser observado, como segue, em variadas situações discursivas de nosso *corpus*.

3.1. *Explicitações e delimitações*

Muitas ocorrências de *falar* indicam o pertencimento de um enunciado a um *discurso de outro*, como se pode ver na situação discursiva a seguir:

(01) E1: C. *falou* que ele vai ligar pro T. vai falá ... "OH T. EU ENTREGUEI O LUGÁ PRA PATROA ... AGORA PATRÃO ... PATRÃO EU NUM TENHO AQUI NÃO" ... ele *falou* que ele vai falá mesmo pelo telefone "MEU PATRÃO É VOCÊ ... É VOCÊ QUE É MEU PATRÃO ATÉ HOJE" ele *falou* que ele vai falá mesmo.

ou increvem como *um outro o discurso do sujeito enunciador*⁶,

⁶ Tendo em vista os desdobramentos que as noções de locutor e enunciador encontram na Teoria Polifônica do Enunciado (Ducrot, 1987), remetendo a uma abordagem do enunciado distinta da que nos propomos, optamos por utilizar a noção de sujeito enunciador para designar, de um modo geral, nos processos de enunciação, o sujeito que enuncia.

como acontece, por exemplo, na situação discursiva (02), abaixo:

- (02) E1: prá você vê... prá você ter uma idéia... nós colhimo esse arroz quer vê... em janeiro... março ... aí a I. quiz comprá um freezer né... eu falei "NÃO VÃO COMPRÁ NÃO ... NUM VÃO COMPRÁ NÃO ... VOU GUARDAR O ARROZ QUE EM SETEMBRO POR AÍ EU VÔ VENDÊ A SEIS MIL" ... do jeito que tava subindo as coisas ... aí eu peguei o arroz... era três mil e seiscentos... eu falei... "NUM VÔ VENDÊ NÃO ... VOU GUARDÁ" ... e o freezer valia sessenta conto! sessenta mil ... aí eu guardei o arroz
E2: aí chegou o freezer
E1: aí eu guardei o arroz e eu vendi esses dias atrás... um mês atrás... vendi a três mil e quinhentos ... abaixô cem... cem conto."

Também as *rupturas sintáticas*, marcadas por uma mudança no sistema de marcas ou na entonação, vão acompanhar a menção de um enunciado que, desse modo, se despreza do fio do discurso *em uso*, sendo representado pelo sujeito enunciator do presente da enunciação como se produzindo em outro lugar e/ou por outrem.

- (03) E1: ... nós num aproveitemo nada desse café ... nós ... só deu prejuízo prá nós porque nós paguemos prá plantar e o o patrão só pagou prá podê fazer as covas e adubá ... agora ... prá plantá e adubá foi tudo nós se nós quisesse prá/ se nós quisesse assim prá podê adiantá... prá tampá depressa... nós tinha que (?) tiremo dinheiro do bolso e paguemo e e depois oh eu já tava enjoada... três veiz "OH AMANHÃ CEIS VÃO REPRANTÁ O CAFÉ" ia buscá as muda ...

Pela designação de enunciados ou atos de enunciação que aparecem representados sobre a cadeia verbal de um outro ato de enunciação, as marcas caracterizam, nestes seus modos de ocorrência, as formas de enunciação próprias ao discurso relatado ou citado, como o discurso direto e o discurso indireto. Ou seja, junto a elas vemos se desdobrarem um conjunto de marcas sintáticas indicando relações entre sistemas enunciativos representados como distintos: por vezes se mantêm autônomos, dissociados, como no discurso direto; outras há uma integração entre os sistemas, como no discurso indireto (Maingueneau, 1981, 1990; Authier, 1978).

Esse desdobramento se acompanha, como podemos observar em "*ele falou que ele vai falá ...*", de uma multiplicação de planos enunciativos, de modo que um enunciado aparece citado dentro de um outro também citado, aparecendo aos nossos olhos como uma estrutura enunciativa do discurso relatado que se representa de uma maneira mais complexa do que a usualmente descrita. Não obstante essa complexidade, interessa-nos assinalar que, direta ou indiretamente, as marcas vão associando os enunciados a situações de enunciação distintas, delimitando-os, circunscrevendo-os.

É ainda nesse sentido de circunscrição que podemos compreender o seu funcionamento em outras situações, quando elas incidem sobre a própria voz do sujeito enunciador, designando um fragmento do discurso como um dizer *próprio*, distinto de *outros*. Apenas este dizer é circunscrito, sem que haja uma menção explicitada ao *outro*. A última ocorrência de *falo*, na situação

(04) a seguir, mostra esse funcionamento.

(04) E1: inté que eu puder fazê prá ela... vou fazê ... eu falo sempre ... dou conselho ... mas muita preguiça ... não sei se é doença... má vontade ...

E2: quem? a I?

E1: não sei se foi muito remédio que ela tomou quando era nova sem mereçê... *eu falo*.

Notamos que em "não sei se foi muito remédio que ela tomou quando era nova sem mereçê ... *eu falo*", a circunscrição parece se dar no nível do sentido do anunciado e do ato de enunciar. O *eu falo* incide sobre o próprio dizer modelando os seus sentidos e delimitando o lugar do qual fala o sujeito enunciador, no momento mesmo em que se enuncia. A possibilidade de se propor para a seqüência acima paráfrases simultâneas do tipo "isto, que eu quero dizer, é que ela pode ter tomado remédio demais sem mereçê" e "Isto, sou eu que falo, e não outro" propicia evidências para esse fato.

Observemos ainda que, ao contrário das situações anteriores em que o seu funcionamento se assemelha ao das marcas introdutoras do discurso citado, nesta última situação *falar* assume um papel na própria enunciação do sujeito, implicando um desdobramento no nível da atividade de enunciação. Não se trata, nesta situação discursiva, de uma "tomada" pelo sujeito enunciador de dizeres outros produzidos em outras situações de enunciação, mas do "reconhecimento" de *outros* dizeres que atravessam o seu, em sua totalidade. No gesto meta-enunciativo instituído por *eu falo* se reúnem um retorno sobre o dizer, de

modo que este é retomado em sua forma significativa (auto-representação opacificante), assemelhando-se às formas de modalização autonímica, e um retorno sobre toda a enunciação: neste sentido, a enunciação como um todo aparece retomada em *menção*, quer dizer, ela é deslocada do plano de um dizer em uso para se dar como um dizer *diferenciado*, particular ao sujeito enunciador tendo em vista os possíveis *outros dizeres*.

Se a partir destas considerações sobre o funcionamento das marcas de explicitação no discurso cotidiano rural somos levados a reconhecer que a realização de uma marca por si não garante uma homogeneidade em seu funcionamento — diferença que indica a necessidade de se agregar a *falar* um outro estatuto além de introdutor de outros discursos — importa-nos assinalar, em nossa reflexão, o fato de que, seja por uma remissão de enunciados a uma outra situação de enunciação, seja pela afirmação de um dizer único, próprio, face à latência do *dizer outro* ou de *outro*, prevalece junto a elas o intento de discriminação do que pertence a um sujeito e um seu discurso, e o que é de *outro*; o sujeito se representa no controle de seu discurso.

No entanto, nem sempre esse projeto de separação dos dizeres é garantido pela presença das marcas de explicitação.

Se por um lado a circunscrição de fato se realiza junto às marcas, por outro nos deparamos com situações discursivas em que a consideração de alguns traços mais específicos nos modos de produção dos enunciados parece fazer romper esse projeto, configurando um quadro enunciativo bastante particular.

Situando-nos nos entremeios dos desdobramentos enunciativos que acompanham os gestos meta-enunciativos, auscultando com cuidado as vozes que eles anunciam, nos deteremos, no próximo capítulo, em uma apresentação desse quadro.

CAPITULO III

MOVIMENTOS ENUNCIATIVOS E INDISTINÇÃO DE VOZES

A opinião das outras pessoas vai se escorrendo delas, sorradeira, e se mescla aos tantos, mesmo sem a gente saber, com a maneira da idéia da gente.

G. Rosa, Grande Sertão: Veredas, 431

1 INTRODUÇÃO

No percurso que desenvolvemos até este momento, procuramos, em meio a enunciações outras e de outros, situar os traços mais regulares do funcionamento das marcas meta-enunciativas no discurso rural e enunciamos a existência de certas especificidades que, permeando a recorrência de tais marcas, prefiguram um quadro enunciativo particular.

Ao nos determos, agora, em uma descrição desse quadro, queremos enfatizar que, embora procuremos traçar algumas fronteiras dos modos de enunciação aí representados tendo em

vista as propostas de análises existentes, não visamos a uma descrição que englobe o funcionamento de todos os mecanismos meta-enunciativos presentes em nosso *corpus*, partindo de um seu recenseamento exaustivo. Em vez disso, focalizamos os processos enunciativos em função do modo como neles se configuram os modos de representação dos discursos do *um* e do *outro*.

A particularidade do quadro enunciativo a que nos referimos se faz notar pela existência de uma *indistinção* de vozes nos enunciados, apesar das marcas aparecerem repetidamente, querendo circunscrevê-los, querendo reparti-los entre um ou outro ato. Em outras palavras, junto às marcas esboça-se, em certos momentos, uma intrincada relação de vozes e/ou situações de enunciação, de modo que, mesmo em suas distintas representações, elas tendem a se homogeneizarem, a se indistinguírem.

De acordo com o que observamos, a *indistinção* de vozes ou falas se configura tanto em função de uma imbricada relação entre situações de enunciação, resultando no que denominamos de *plurivocidade*, quanto em uma não-especificação de um enunciado em situações em que a marca de explicitação opera justamente no sentido de se estabelecer um dizer particular ao sujeito enunciador. Ou seja, o que se especifica no dizer desloca-se do fio do discurso, desaloja-se dele, produzindo o que chamamos de *deslizamento enunciativo*.

2 MOSTRAR O OUTRO SEM CIRCUNSCRER O UM

2.1. *Plurivocidade*

Pela citação de palavras, como no discurso direto, ou por uma sua reutilização, como é o caso do discurso indireto, assevera-se explicitamente, no encadeamento do dizer, a existência de um outro ato de enunciação¹. São enunciados que na distinção *uso/menção* aparecem delimitados entre si: o *um* do fio do dizer em *uso* e o *outro*, o dizer citado, *mencionado*. É justamente nesse e desse "jogo" instituído nos limites dos enunciados que emerge a *plurivocidade*.

Embora um enunciado se articule a marcas que, remetendo-o a uma ou outra situação de enunciação representada, produzem sobre ele uma circunscrição ou uma delimitação, no encadeamento do discurso esta delimitação deixa de funcionar, de maneira que ele não pode ser apreendido nem como um dizer em *uso* nem como um dizer *citado*, *mencionado*, e portanto, *representado* como outro, no fio do discurso do sujeito enunciador. Ao contrário, o enunciado pode ser dado como produzido em um ou outro desses planos enunciativos, ou nos dois ao mesmo tempo.

¹ A respeito do estatuto da citação e da tradução realizadas nestas formas do discurso relatado, queremos enfatizar, seguindo Authier, que a citação, ou seja, a textualidade que é assegurada no enunciado relatado do discurso direto não deve ser confundida com a idéia de "fidelidade - neutralidade - objetividade" da enunciação; do mesmo modo, a tradução ou reutilização das palavras, quer dizer, a operação de paráfrase do discurso indireto não se restringe ao sistema da língua, pois remete ao campo da enunciação (Authier, 1978: 49-67).

Resulta deste fato, uma diluição dos limites entre as situações de enunciação, ao mesmo tempo em que se constitui um dizer *plurívoco*, isto é, um dizer que se produz na simultaneidade de diferentes vozes.

Para tornar mais clara nossa colocação, em situações discursivas como:

(05) E1: é que nem o J. *falou* lá em casa no dia da festa... o J. tava lá ele *falou*... "OCEIS TEM QUE IR LÁ OCEIS ele *falou* ... OLHÁ BEM O LUGÁ PARA FAZÉ A CASA PORQUE DEPOIS QUE TÁ FEITA ... né ...D? então ... num pode *falá* né? porque num feiz lá ... TEM QUE OLHÁ MUITO BEM ele *falou* ... ANTES ... ANTES DE FAZÉ.

(06) E2: ele *falou* assim que era pra nós ajudá ele ... prá cooperá com ele... eu *falei* assim "ELE QUE TINHA QUE ME AJUDÁ QUE ELE TEM DUAS FAZENDA É RICO E TEM SÓ A MÃE DELE.

observamos que em (05), o enunciado sublinhado pode tanto ser uma fala de E1 (o que se acentua pela presença do marcador de interlocução *né*), como pode ser parte do discurso citado introduzido por *ele falou*. Em (06), ele pode tanto ser parte do discurso citado introduzido por *eu falei*, quanto pode ser dado como produzido no discurso em uso do presente da enunciação, o que se reforça pela presentificação dos verbos *ser* e *ter*.

Quando aplainada na linearidade espacial da escrita, essa *plurivocidade* não se deixa prender nos mecanismos gráficos usualmente utilizados para demarcar aquilo que, no fio do

discurso que se vai fazendo, se desdobra, em *menção*, como uma enunciação *outra* ou de *outro*. É o que se evidencia na dificuldade em fecharmos as aspas nas situações (05) e (06) acima, assim como na situação discursiva a seguir, quando consideramos o enunciado introduzido pela última ocorrência de *falo*:

- (07) E1: todo mundo fala que quando do tempo que a gente mora aqui já ... né?
E2: ói aqui ... nósis tão brincando ... nósis tão na brincadeira assim ... né?
Entrevistador: já é uso capião ... né? que eles chamam(?) ... é de vocês mesmo
E2: nósis tão na brincadeira sim ... mas se o Ca. *fala* "NÃO...VOCÊ VAI DESOCUPÁ A CASA AGORA" *eu falo* "NÃO DESOCUPO NADA *falo* "EU DESOCUPO A CASA OH ... EU TIRO OS TREM DE DENTRO DE CASA E VÔ ARRANCÁ A CASA E ... A CASA É MINHA ... PASSOU DE TREIS ANOS ... HEIM ... PASSOU DE TREIS ANOS ... SABE QUE É DONO ... né? então ...

Poder-se-ia, a nosso ver, escolher aleatoriamente o lugar para se fixar as aspas: antes de "eu tiro" ou de "vô arrancá" ou ainda de "a casa é minha". O momento em que o dizer deixa de ser citado não é marcado enunciativamente. A fluidez dos limites provoca (ou resulta de) uma *indistincão* entre as situações de enunciação representadas.

Com esta observação sobre a dificuldade em adequarmos a estrutura enunciativa da plurivocidade aos procedimentos de pontuação que normalmente acompanham o dizer em sua representação na escrita, não pretendemos somente reforçar a

disparidade que, como observamos no capítulo I, perpassa essa relação oralidade e escrita. Nosso principal interesse reside em marcarmos a irredutibilidade em si dessa configuração enunciativa de indistinção de falas aos mecanismos de delimitação dos enunciados na enunciação. Porque o que ocorre é uma diluição dos limites entre as situações de enunciação representadas, sendo esta diluição já dada, no fio do discurso, como um modo pelo qual a própria enunciação se estrutura.

Esta indistinção implicada na constituição de um dizer plurívoco traz indicações, em nosso entender, de um modo de estruturação do discurso onde a coexistência dos dois planos de enunciação — o de um dizer em *uso* e o de um dizer em *menção* — rompe os limites instituídos pelas marcas. O enunciado citado, *autônomo*, representado como outro, parece se reinscrever no dizer em *uso*. Não sob a forma de uma conotação (como ocorre nas formas da conotação autonímica), mas como uma *fala* em relação à qual se desencadeia e sobre a qual se fundamenta o argumento dado na fala em *uso*.

Em outras palavras, a *conotação autonímica* diz respeito a uma *menção* e um *uso* simultâneos das palavras. Conforme Authier, ela se apresenta como o "signo de uma distância, um desvio, entre o locutor e as palavras que ele utiliza" na medida em que ocorre, no encadeamento do dizer, a remissão a uma outra fala da qual ele faz um empréstimo (por exemplo: *Este "exemplo" é conhecido*). Nesse caso, *fala-se com as palavras* de outro (Authier, 1978: 69-70). Por outro lado, nas formas do discurso direto e indireto *fala-se das palavras* de outro simplesmente,

remetendo-as a outras situações de produção, distintas daquela em que se representa o dizer.

Considerando os modos de configuração da *plurivocidade*, podemos dizer, a partir das distinções propostas, que neles o enunciado se apresenta como *palavras das quais se fala* ao mesmo tempo em que se reincreve no fio do discurso como *palavras com as quais se fala*. Parece haver, de modo geral, um movimento enunciativo que se orienta para uma diluição dos limites entre *menção* e *uso* no interior de estruturas enunciativas tradicionalmente descritas como discurso relatado. Neste movimento, perde-se a relação unívoca entre o enunciado e a situação de enunciação.

A presença de uma simultaneidade de vozes em um mesmo enunciado tal como procuramos delinear na configuração enunciativa da plurivocidade recorta, por outro lado, o campo das elaborações teóricas sobre o fenômeno das muitas vozes — a polifonia — na linguagem.

A dimensão polifônica da linguagem freqüentemente é apontada seja pela consideração de situações discursivas em que se representa mais de uma situação de enunciação na produção do enunciado, como se revela nas formas descritas do discurso relatado, seja por abordagens em que se reconhece mais de um enunciador, isto é, mais de uma perspectiva enunciativa se representando em um mesmo enunciado (cf. os trabalhos de O. Ducrot, por exemplo).

Recortando esse campo de elaborações, a *plurivocidade*, por representar-se como uma confluência de vozes em um mesmo enunciado, nos remete ao fenômeno designado por Bakhtin como *interferências de discurso*, onde cada palavra pertence "simultaneamente (...) a dois contextos que se entrecruzam, a dois discursos" (Bakhtin, 1988:169). Mais especificamente, ela nos leva a considerar mais atentamente sua relação com o discurso indireto livre, porque este é apresentado como um modo de enunciação onde se realizam, de uma maneira particularmente reconhecida, aquelas *interferências*.

Através de mecanismos de citação dos discursos não redutíveis àqueles descritos nas formas do discurso direto e indireto, o discurso indireto livre se caracteriza, como sabemos, por fazer ouvir "mais de uma voz falando em uma mesma construção lingüística", aspecto também presente nas situações discursivas que analisamos.

No entanto, apesar desta aproximação, a *plurivocidade* resultante da e resultando na indistinção entre as situações de enunciação emerge como um modo de enunciação que não se confunde com o do discurso indireto livre.

No discurso indireto livre, o reconhecimento "de mais de uma voz falando", ou seja, da plurivocidade, se dá a partir de índices recuperáveis no discurso em função do seu contexto de produção (Bakhtin, 1989; Authier 1978; Maingueneau 1981, 1986) — motivo pelo qual Authier o analisa como uma configuração *discursiva* particular e "não como uma terceira

forma gramatical do discurso relatado" (1978: 80). Sem que haja uma remissão explícita a um outro ato de enunciação (a *palavras das quais se fala*), como se dá nas estruturas do discurso direto e indireto, o discurso indireto livre funciona à maneira da *conotação autonímica*, quer dizer, ele se funda em um efeito de "desvio", de distanciamento entre as palavras do locutor e as outras: "é Loc quem fala, mas ele fala (...) com as palavras de um outro" (Authier, 1978:81. Grifo da autora).

Para Authier, o discurso indireto livre, assim como a ironia, a alusão, a imitação, etc., corresponde, como já explicitamos, a formas *não marcadas* da heterogeneidade, quer dizer, são formas com *grau zero de marca de identificação*, de modo que o jogo com o discurso do *outro* dá-se radicalmente "sem qualquer fronteira" visível: a atribuição de um estatuto de palavra "emprestada de um além, de um "outro" lugar discursivo" a um fragmento do discurso repousa integralmente sobre mecanismos interpretativos (1992: Tomo II:168).

De outro modo, no entanto, se manifesta a *plurivocidade* nas situações discursivas às quais nos referimos.

Nestas situações, um enunciado não é compreendido "fora" da plurivocidade: esta não se apresenta como "recuperável", como uma possibilidade, mas como um dado necessário na produção e interpretação do enunciado. Ou seja, este se articula a sinais unívocos do discurso que é citado — *falar:"..." e falar que* — e se configura, por relações explicativas ou argumentativas complexas, no campo do discurso que cita.

Um modo marcadamente plurivoco de construção do enunciado, resultado de um intrincamento entre o discurso que cita e o que é citado, caracteriza, portanto, o quadro enunciativo do que chamamos de *plurivocidade*.

Em relação ao discurso indireto livre e à estrutura polifônica definida por Ducrot (1987) — onde se pode atribuir a um mesmo enunciado diferentes papéis enunciativos desempenhados por personagens distintos, resultando daí uma *interpretação* necessariamente polifônica do enunciado —, a *plurivocidade* se caracteriza como uma representação explícita da estrutura polifônica do enunciado. Podemos dizer que a polifonia, neste caso, opera na estruturação do discurso².

A evidenciação desse conjunto de traços sugere a necessidade de uma análise mais aprofundada visando a traçar, de maneira sistemática, as relações formais da *plurivocidade* com outros mecanismos de enunciação do *discurso outro*, como é o caso do discurso direto, do discurso indireto e do discurso indireto livre³.

² Este modo de funcionamento da polifonia é também apontado por Souza em suas análises do texto descritivo na língua Tapirapé; neste caso, o falante desempenha, ao mesmo tempo, o papel de locutor e interlocutor do que enuncia (Souza, 1986: 153-164).

³ Ressaltemos, ainda, a observação de Authier (1992, Tomo II) sobre a necessidade de um estudo que, tomando por base as oposições transparência/autonomia/modalidade autonímica e explícito/implícito, sistematizasse os diversos tipos de citação do discurso: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, etc.

Entretanto, como dissemos no início deste capítulo, não nos deteremos neste tipo de análise; apenas esboçaremos esta questão neste trabalho. Nossa discussão se orienta para a compreensão dessa configuração enunciativa em sua dimensão discursiva. Dito de outro modo, para nós sua importância reside no fato de que em seu funcionamento se evidencia um modo de enunciação em que, na simultaneidade de uma *menção* e de um *uso* do *discurso* do *outro*, se representa a indistinção. Porque nesse dizer assim constituído, rompem-se os limites representados do discurso do *um* e o do *outro*, do *uso* e *menção*, acabando por afetar o lugar de enunciação do sujeito no discurso.

Esse é o fato discursivo que, embora em outra direção, pois não envolve a *menção mostrada* do *outro* e sim a explicitação do *um*, constitui o *deslizamento enunciativo* tal como o compreendemos e descrevemos a seguir.

2.2. *Deslizamento enunciativo*

Como indicamos, o *deslizamento enunciativo* caracteriza um outro modo de configuração da indistinção e diz respeito ao processo de constituição de um dizer único, distinto de outros.

Tendo em sua natureza o contraponto à multiplicidade de sentidos e dizeres outros, a tendência a instituição de um dizer único, *próprio*, se manifesta junto às marcas que incidem sobre o dizer modelando os seus sentidos e delimitando o lugar do qual fala o sujeito enunciador, aspecto que pode ser visto na

situação discursiva (04), anteriormente apresentada. Esta tendência à especificação se acompanha, entretanto, de uma remissão do dizer ao nível da possibilidade ou do não-dito.

Para melhor visualizarmos esse fato, retomemos a situação discursiva mencionada:

(04) E1: inté que eu puder fazê prá ela... vou fazê ... eu falo sempre ... dou conselho ... mas muita preguiça ... não sei se é doença... má vontade ...

E2: quem? a I?

E1: não sei se foi muito remédio que ela tomou quando era nova sem mereçê... *eu falo*.

Concomitantemente à especificação sugerida pelas paráfrases "isto, que eu quero dizer, é X" e "Isto sou *eu* que falo, e não outro" intaurada por *eu falo*, notamos que a formulação mais especificada — à qual *isto* e *eu* remetem — aparece modulada por *não sei se*, ("não sei se foi muito remédio que ela tomou quando era nova sem mereçê, *eu falo*") permanecendo, por isso, no nível da possibilidade. Paradoxalmente se observa, então, um movimento que é simultaneamente de especificação e de não-especificação do enunciado. O que era para ser especificado desliza para o incontrollável espaço do que *pode ser*, e ali permanece.

O mesmo *deslizamento* ocorre na situação discursiva a seguir:

- (08) E1: (...) cê precisava de vê como que ela andava lá né?
que tinha quem socorresse ela
E2: agora uma mãe ... *falo* assim ... uma mãe prá ter um
filho ... segurá o filhinho morto ... NOSSA senhora!

Produzindo um corte no encadeamento do discurso, cujo prosseguimento se dá logo depois com a retomada de UMA MÃE, *falo assim* remete, em nosso entender, a uma individualização da "opinião" de E2 ante o fato narrado por E1. A presença do marcador textual *agora*, iniciador de um novo tópico argumentativo (Oliveira, 1994) reforça a tendência a uma especificação do enunciado, de modo que este comporia o núcleo da argumentação anunciada pelo marcador. No entanto, este enunciado não se formula, permanecendo como um não-dito. Em seu lugar, uma exclamação apenas.

O intrincamento entre a especificação e a multiplicidade de vozes e sentidos resultante do e no *deslizamento enunciativo*, assim como a diluição dos traços/laços lingüísticos que, no movimento de indistinção anteriormente assinalado como *plurivocidade*, atribuiriam uma relação unívoca do enunciado com o sujeito ou a situação de sua produção, designam espaços de enunciação em que a relação entre explicitação e delimitação de enunciados, instaurada pela presença dos mecanismos meta-enunciativos de organização do discurso, parece se des-regularizar.

Com a emergência dessa des-regularização na enunciação, podemos considerar que embora a presença das marcas de explicitação das falas no discurso cotidiano rural indique uma delimitação entre as vozes e situações de enunciação, nem sempre se efetiva, no entanto, no fio do discurso, uma separação estancada entre o que é representado como de um sujeito e um (seu) discurso e o que é de outro, como também não se dá um fechamento marcado dos sentidos: estes permanecem difusos (*não sei se*) ou resvalam para o lugar do não-formulado, do que permanece múltiplo.

Sem que, nestas situações de *indistinção*, se restabeleçam os limites dos enunciados, dos seus sentidos, podemos nos indagar sobre o modo como se representa — imaginariamente — uma unidade para o sujeito e o seu discurso frente ao que emerge representado como outro. Porque nestes modos de configuração da *indistinção*, observamos a presença de mecanismos enunciativos que deixam visível, na própria estruturação do discurso, uma *dispersão* — de enunciados, de sentidos — por onde o sujeito enunciador se movimenta, sem que possamos fixá-lo em um lugar enunciativamente definível ou controlável.

3 INDISTINÇÃO DE VOZES: DISPERSÃO DOS ENUNCIADOS E DO LUGAR DE ENUNCIACÃO

A partir dos modos como descrevemos a emergência da *indistinção*, podemos caracterizar essa dispersão considerando dois efeitos discursivos particularmente evidentes, produzidos no enredamento dos movimentos enunciativos que acompanham os enunciados. Em uma direção, esses movimentos produzem algo como um *preenchimento* excessivo do lugar de enunciação; em outra, parece haver um seu *esvaziamento*.

Preenchimento

Na direção do *preenchimento*, alinhamos a tendência a uma colagem ao fio do discurso em *uso* pelo sujeito enunciador de um discurso que nele aparece citado e representado como *outro*, conforme esse fato se representa na *plurivocidade*. No encadeamento do discurso, o dizer em *uso* e o dizer em *menção*, assim marcados, aglutinam-se. Com essa aderência, os limites se diluem ao mesmo tempo em que o enunciado, marcado por essa confluência de vozes, remete-se a um lugar de enunciação não-unívoco, quer dizer, um lugar que se apresenta marcadamente preenchido por duas enunciações representadas como distintas. Esse lugar, assim preenchido, multiplica-se, remete a mais de uma situação enunciativa, se dispersa.

Esvaziamento

Em outra direção, a do *esvaziamento*, encontramos a tendência a uma descolagem, um despregamento do dizer do sujeito enunciador de todo aquele que se lhe apresenta como *outro* ou *de outros*. Pela presença de uma marca meta-enunciativa especificadora de um enunciado produz-se esse descolamento. No entanto, o *discurso outro* não se marca em sua forma positiva no fio do discurso, ou seja, não está aí presente, delimitado: podendo ser muitos ou qualquer um, ele redonda no dizer do sujeito enunciador como o espaço de um dizer possível, não-dito. Ao enunciado se articula, desse modo, dois movimentos opostos: o de uma especificação, quando se marca meta-enunciativamente um lugar de enunciação particular, próprio ao sujeito enunciador, e simultaneamente, o de uma não-especificação (*não sei*, ou um não-dito) que "suspende" essa especificação, produzindo, como efeito, um *esvaziamento* do lugar enunciativo aí representado.

Com o *preenchimento* excessivo ou o *esvaziamento* do lugar de enunciação, a estruturação do discurso se faz em um atravessamento de vozes que se deslocam e se misturam, que vão se produzindo em formulações possíveis e conexões de sentido sugeridas.

Desprendidos de um ponto de enunciação único, parecendo deixar-se à deriva, os enunciados se encadeiam à maneira do que Pêcheux enuncia como estruturas de *desligamento* (*dé-liaison*), porque nelas não se dá "la hantise de la forclusion de l'énonciateur" (Pêcheux, 1980:140).

Estas estruturas, segundo Pêcheux, rompem com os procedimentos estabilizados de linearização do enunciado, aparecendo na escritura literária (a de Joyce, por exemplo) como uma justaposição de

frases interrompidas ou parcialmente apagadas, de acumulações e enumerações grotescas onde fervilham "ligações mal combinadas"

desenhando-se, no espaço escritural como

ficções-faladas que não se deixariam "narrar" de outra forma, porque a "forma" aí é indissociável do "conteúdo"; (...) uma série de deslocamentos e apagamentos, afetando o ponto de enunciação (Pêcheux, 1980:147).

Para além de sua colocação no domínio da literatura, que sob a égide de uma escritura da "modernidade" ou do "regional" as absorve e legitima, estas estruturas significam, em nossa reflexão, a emergência de um modo de enunciação que acarreta questões da ordem do sujeito e dos sentidos, porque a dispersão que as acompanha, e que mostramos anteriormente, acaba por atingir o lugar de enunciação do sujeito enunciador. Quer dizer, o modo de representação do sujeito no discurso tal como ele se realiza através de uma conjunção de marcas formais e discursivas — que implicadas na organização do dizer, lhe conferem uma unidade face ao que é fundamentalmente disperso: o discurso é uma dispersão de textos e este é um espaço de múltiplas dissensões, de um sujeito descontínuo, lembram-nos Orlandi & Guimarães (1988) — atesta também uma dispersão.

Atravessando essas estruturas, vemos que a precisão de um dizer se organiza em torno de um sujeito enunciador que, na objetificação da língua e da própria enunciação, se representa, em sua autonomia e evidência, na dominância do que diz e do modo como o faz, parece também se nutrir daquilo que no dizer é impreciso, vário, não-unívoco.

Retomando Pêncheux, diremos ainda que, sendo recorrentes em uma prática discursiva determinada, estas estruturas produzem sentidos que, justamente, não se deixariam dizer de forma diferente: em qualquer outra forma seriam outros e novos sentidos. Assim também os modos de representação dos sujeitos.

Nossa busca inicial por compreender e explicitar o funcionamento das marcas de explicitação de falas no discurso cotidianamente produzido no meio rural desaloja-se, dessa maneira, da evidência de que estas formas, enquanto gestos meta-enunciativos de organização do dizer, re-produzem sistematicamente os desejados limites dos discursos do um e do outro. Menos do que delimitação, junto a elas abre-se um espaço para que o plurívoco, o múltiplo, em vez de controlados, sejam acolhidos na própria materialidade da língua.

Sem que, no movimento enunciativo do qual resulta a *indistinção* dos dizeres, se restabeleçam os limites dos enunciados, dos seus sentidos, do que se representa como um e outro, e considerando a função de *representação da negociação*

que os gestos meta-enunciativos mantém com o exterior constitutivo, vamos, então, a seguir, tecer algumas considerações sobre esses processos de representação do um e do outro e sua relação com o controle e a unidade do sujeito e do discurso colocados em cena pelos mecanismos meta-enunciativos de delimitação dos dizeres.

CAPÍTULO IV

MEANDROS DA ALTERIDADE: OS DESDOBRAMENTOS NA ENUNCIÇÃO

*De quem é o olhar
que espreita por meus olhos?*

F. Pessoa, Episódios: a Múmia.

1 INTRODUÇÃO

Acompanhando o incessante desdobramento da *enunção* na *enunção* materializado pela presença de gestos meta-enunciativos no fio do discurso cotidiano rural, podemos identificar, nesse desdobramento, uma *indistinção* de vozes ou falas aí representadas.

A possibilidade de articulação de um enunciado a uma ou outra situação enunciativa ou o seu resvalamento para o espaço de um dizer *possível* ou de um *não-dito* — um *não-dito* que, não

sendo um implícito ao dito, não se deixa alçar de nenhuma forma por um qualquer enunciado — compuseram os modos pelos quais compreendemos aquela *indistinação*, sendo descritos como *plurivocidade* e *deslizamento enunciativo*, respectivamente.

Essa descrição não seguiu, no entanto, uma direção qualquer. Pela atribuição de um estatuto particular — o de formas *marcadas* da *heterogeneidade mostrada* — aos gestos de explicitação das falas, instalamo-nos no campo das complexas discussões sobre a *alteridade* no discurso, ao mesmo tempo em que assumimos, como eixo para o desenvolvimento de nossa discussão, a relação de *negociação* — necessária, *representada* sempre — dessas formas *mostradas* com uma *heterogeneidade* ou *exterioridade constitutiva*.

Em nosso trajeto, no momento mesmo em que fomos ajustando, sob um certo ângulo, a perspectiva de con-formação e descrição das marcas de explicitação das falas, designamos o seu funcionamento enquanto gestos meta-enunciativos de organização do dizer e destacamos o caráter de representação de *controle* do processo de enunciação neles embutido. Inquietamo-nos, então, ante uma *falha* nesse *controle* na configuração enunciativa da *indistinação*. Essa inquietação nos impulsiona, agora, a uma incursão no "dito" de nossa "memória" para, nos entremeios das concepções teóricas que nos têm orientado, compreender o *lugar* daquela falha e sua relação aos modos de representação de uma unidade para o sujeito e o discurso.

2 DESDOBRAMENTOS NA ENUNCIACÃO: USO/MENÇÃO X USUÁRIO/OBSERVADOR

De acordo com o percurso teórico e de análise que desenvolvemos até aqui, compreendemos que uma representação *imaginária*, porém *necessária*, restitui uma unidade ao sujeito e ao discurso face ao seu engendramento pela *exterioridade*, pela *heterogeneidade*. Trata-se de um processo que reveste, na forma de *ilusão*, a constituição do sujeito, sendo simultâneo à sua inscrição no espaço do *simbólico*: ilusão do *centro* frente a *heteronomia radical* do sujeito-efeito de linguagem (Lacan); ilusão de ser *sempre-já sujeito*, *discrepância* fundamental que acompanha a interpelação do sujeito pela ideologia fazendo com que ele se produza *como causa de si* (Pêcheux, 1988). A possibilidade para o sujeito dizer-se ao seu *modo próprio* encontra nesse processo um seu fundamento.

Mas dizer-se ao *modo próprio* faz justamente intervir (considerar) o não-próprio, o outro. Inacessível, porque se dá como uma exterioridade interna ao sujeito e ao discurso (Authier, op.cit.), o *outro* se representa, no entanto, no processo da enunciação, em um modo controlável, discernível (em relação ao qual o *interior*, o *um*, se delimita e se assegura em sua unidade, em sua identidade (Authier, idem)). Ao mesmo tempo o sujeito "se concede" *ilusoriamente* a possibilidade de colocar-se em uma posição de exterioridade em relação às palavras que ele utiliza, controlando os seus sentidos, delimitando-as, "gestão" que se mostra nos muitos gestos meta-enunciativos.

qualquer que seja a forma que ele tome, o movimento enunciativo pelo qual o enunciador abandona sua posição "natural" de simples utilizador de palavras para conjuntamente ocupar aquela, distanciada, de observador deste uso, testemunha o jogo do enunciador com tudo o que de sua fala lhe escapa (como) irredutivelmente outro — a língua, o discurso, o sentido, as "coisas", o interlocutor (Authier, 1992, Tomo I: 557).

Entretanto, os processos de *indistinção* do dizer, conforme caracterizamos no capítulo anterior, vêm expressar um não-limite nessa relação com a alteridade. Embora os mecanismos meta-enunciativos que os acompanham legitimem o "jogo" com o outro, os limites entre o *uso* e a *menção* (o *outro dizer* representado) se desfazem.

A partir do conjunto de considerações feitas até este momento, podemos, agora, avançar em nossa reflexão sobre esse não-limite levando em conta um outro aspecto envolvido na configuração meta-enunciativa do dizer: a do posicionamento do sujeito em *observador* da língua. Porque, se consideramos que ao desdobramento *uso/menção* corresponde aquele do sujeito em *usuário/observador* de sua fala, podemos dizer, então, que o não-limite articulado à *indistinção* entre o dizer citado ou em *menção* e aquele que, em *uso*, o sujeito enunciador representa como *seu*, reflete uma *indistinção* na colocação ou desdobramento do sujeito em posições de *usuário* e *observador* da língua, na enunciação.

Entre a "naturalização" da relação *menção/uso* e *usuário/observador* implicada no desdobramento da enunciação em sua dimensão "meta" e a evidência de que os mecanismos meta-enunciativos projetam-se sobre o fio do discurso em função desse desdobramento, importa-nos explorar, para efeito de nossa discussão, a possibilidade (ou necessidade?) de se reconhecer a *indistinção* como alojada também no desdobramento *usuário/observador* do sujeito na enunciação. Esse reconhecimento produz alguns deslocamentos em nosso modo de compreensão da *indistinção* e nos permite, ao mesmo tempo, considerá-la em relação a outras dimensões do processo de enunciação.

2.1. *Desdobramentos enunciativos e indistinção*

Um primeiro deslocamento reside na possibilidade de compreendermos a *indistinção*, e com ela a dispersão dos lugares de enunciação, como um processo enunciativo-discursivo mais geral, no sentido em que ela se configuraria como uma *indistinção* que constitui significativamente os modos de realização da língua em sua estrutura desdobrada de *uso* e de *menção*.

Dito de outro modo, se o desdobramento *usuário/observador* do sujeito enunciador, contemporâneo à emergência de uma estrutura "meta", de uma *menção* na língua, é inerente à atividade de linguagem (porque a atividade *metalingüística* é indissociável da própria faculdade de falar uma língua (Jakobson, op. cit.)), então a possibilidade de uma *indistinção*

em tal desdobramento implica a possibilidade de uma *indistinção* ligada à própria atividade enunciativa do sujeito, devendo ser compreendida como um fenômeno mais geral.

Com essa asserção, queremos dizer que o modo pelo qual o sujeito — no trabalho *interpretativo* que realiza como *receptor* de seu próprio dizer e que inscreve, no âmago da enunciação, "a cisão de um diálogo interno" (Authier, 1992, Tomo I: 549) —, *imaginariamente* recorta o universo do dizer, circunscrevendo, no *jogo de evidências* dos sentidos e de si mesmo, o que lhe é próprio e o que é de outro, traz consigo a *indistinção*.

Não porque pudesse haver qualquer espécie de inabilidade do sujeito enunciador em realizar as "necessárias" distinções, mas porque, ao se constituírem mutuamente em suas evidências, sujeito e sentido se remetem sempre e necessariamente ao que neles permanece incompleto.

A compreensão dessa dimensão de *incompletude* do sujeito e do sentido nos é proporcionada pelas reflexões de Orlandi (1987, 1988 e 1992).

2.2. *Indistinção e incompletude*

A *incompletude* é apresentada por Orlandi (1987) como a condição de existência da linguagem pois fundamenta o movimento do sujeito e do sentido; é a possibilidade do sentido vir a ser sempre outro (instauração da *polissemia* enquanto processo

fundamental de constituição da linguagem) e do sujeito significar-se, deslocando-se pelos diferentes discursos: "o Outro (e os outros) é o limite, mas também é o possível" (Orlandi, 1992:81).

Sendo o lugar do "possível" — lugar de *metamorphosis* que impede a "asfixia do sujeito e do sentido" —, a incompletude deixa ver, ao mesmo tempo, a natureza *intervalar* (Orlandi, *idem*) da enunciação. Quer dizer, a constituição do sujeito e do sentido, em sua simultaneidade, acontece no espaço discursivo da interlocução e em uma remissão a múltiplos outros discursos.

Nesse espaço de incompletude, o *outro* insurge como aquilo "de que também poderia dizer-se, de que se desejaria esconder, mas que permanece latente, como constante opção", como diz B. Job, no prólogo de *La Lengua de Nunca Acabar*; um *outro* que, relacionado ao 'além' interdiscursivo, coloca-se, de acordo com Pêcheux (1983a), aquém de todo autocontrole funcional do "ego-eu"¹, e, ao mesmo tempo, estrutura a colocação em cena, pelo sujeito, do *discurso de um outro* em seu discurso ou a colocação do *seu próprio discurso como um outro* (nos pontos de identidade nos quais o "ego-eu" se instala) e a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa).

¹ Ao ego-eu corresponde, segundo este autor, o enunciador estratégico que coloca em cena "sua" sequência linguística (*op. cit.*).

Essas considerações vêm, portanto, nos indicar que, se por um lado os mecanismos meta-enunciativos representam a relação do sujeito enunciador com tudo o que de sua fala lhe escapa como *outro*, designando os necessários limites à constituição do *um*, por outro lado, a incompletude desestabiliza essa relação. Em função da *incompletude*, conforme Orlandi,

a relação com a alteridade, longe de ser direta, unívoca e clara, é confusa e desorganizadora do sujeito (Orlandi, 1990:42).

O modo de dizer em que o *dizer outro*, em seus sentidos, vem acoplar-se ao dizer do *um*, nele se indistinguindo, pode ser compreendido nessa relação com a incompletude. Nesse lugar do "incompleto" e do "possível", encontramos a possibilidade do *indistinto*, do *disperso*²; a possibilidade de uma representação para o sujeito e o seu discurso que colhe a *indistinção*, sem que esta os *desfaça* ou os desalinhe de sua unidade necessária.

Desse modo, no movimento contraditório em que, ao inapropriável das palavras — elas são "precisamente isso que não se possui" — responde a apropriação (captura) do sujeito por elas — captura que se cumpre no sujeito pelo inevitável estranhamento do *outro* e pela eterna reivindicação do próprio,

² Orlandi (1992) considera essa possibilidade de indistinção como função do silêncio: permitindo a relação (ainda que indireta e mediada) do sujeito com o interdiscurso, o silêncio funciona "como um 'ponto de fuga' para onde vão os sentidos, no se multiplicarem (...). Aí o sentido se abre em sentidos e o sujeito encontra seu possível" (162-7). Em nossa perspectiva, no próprio gesto de dizer abre-se espaço para o indistinto.

desse sentimento de "ter suas próprias palavras" (Authier, 1992) — a *indistinção* irrompe junto ao que, nesse movimento, em suas contradições, configura a natureza *incompleta* da linguagem.

Remetida à *incompletude*, a *indistinção* acompanharia necessariamente os processos de enunciação, atravessando-os.

A partir desse conjunto de observações, parece-nos possível designar à *indistinção* um caráter mais geral, de modo que, e isso implica um segundo deslocamento, a *indistinção* "*mostrada*" na linearização do discurso pode ser entendida como um seu efeito. Portanto, a plurivocidade e o deslizamento enunciativo se projetam como *efeitos* de *indistinção*.

Ao destituirmos a *indistinção* de seu caráter de fenômeno local, podemos, por outro lado, vê-la se manifestando em outros fatos discursivos. Encontramos, por exemplo, a insurgência de um *outro* a se *misturar* ao discurso do sujeito enunciador como uma *presença-ausência sem fronteira delimitável*, como diz Pêcheux (apud Malidier, 1990: 78), nele jogando não mais através da estrutura meta-enunciativa, mas provocando rachaduras que o abalam em sua estrutura, desestabilizando-a. Nesta direção, e apenas para exemplificar (uma abordagem mais detalhada implicaria uma outra direção para nossa discussão), parece-nos particularmente significativa a não-nomeação, pelo sujeito enunciador, do "sujeito" gramatical de alguns verbos, como é o caso de *plantar* e *fazer* na situação a seguir, sendo

indissociável de um não-fechamento do dizer numa certa direção.

El: num tinha chovido ... *plantô* o café em janeiro ...
num choveu né ... ficou aqueles pézim de café ... a
cova muito funda então aqueles pé de café ficou fundo
... então num choveu ... num saiu ...né? ficou aquele
café impirriado ... amareliM ... então ... então ...*foi*
fez o X ...

O enunciado se estende em *repetições sem fim*³.

Em um retorno ao *efeito de indistinção* implicado no
desdobramento *uso/menção X usuário/observador*, tal como o
observamos junto aos gestos meta-enunciativos que organizam o
discurso rural cotidiano, vamos vendo, por outro lado, que esse
efeito só se mostra como desorganização, como falta, quando o
dizer se instala, como sua materialidade própria, em lugares
enunciativos onde aqueles desdobramentos devem estar devidamente
marcados, organizados, de modo a evitar a con-fusão, a
dispersão, como é o caso da escrita. Nesse lugar, a *indistinção*
precisa ser arrumada, porque essa arrumação fundamenta a clareza
e a coerência do dizer, nela se sustenta a possibilidade de
compreensão, e portanto de *leitura*, do que segue dito⁴.

³ Também nessa direção podemos alinhar o efeito de abertura
sublinhado por Payer ao tratar das interferências entre sentidos
de distintas formações discursivas no seio das quais o sujeito
se instala, e que se manifesta "numa espécie de incompletude do
texto em que, na desordem, os sentidos rondam sem ponto de
chegada, sem centro de referência, de organização (1999: 75).

⁴ Lembramos, aqui, a "incoerência" suscitada pela constante
oscilação em um mesmo texto (os escolares principalmente), entre
perspectivas narrativas em primeira e terceira pessoa.

Não que a exigência de clareza e coerência daquilo que na língua se manifesta em forma indiscernível, indistinta, possa ser circunscrita ao espaço da escrita. Conforme ensina Claudine Haroche (1992), a exigência de "linearidade, de determinação e de transparência", quer dizer, de clareza e completude, traduz, no plano da linguagem, formas mais sutis de *determinação* no e do sujeito, relacionadas às "formas de dependência do sujeito ao imperativo de um poder religioso e depois jurídico" (idem: 25). Trata-se, segundo ela, das formas de submissão do sujeito à Verdade Divina — única e eterna — e que se imprimem pela necessidade de desambigüização do texto e interdição da interpretação, de um lado, e das formas de submissão/responsabilidade que compõem o funcionamento do sujeito jurídico, de outro.

Mais próximo ao domínio do dizer onde nosso objeto se encontra, o processo organizador que, em nosso entender, persegue a manifestação da indistinção é similar ao que domestica a relação do homem com o silêncio (Orlandi: 1992). De acordo com esta autora, enquanto que, por sua relação com o silêncio, o homem se remete

(...) à continuidade, à contradição, à diferença, às rupturas, ao absoluto e à indistinção (...)

a produção verbal serve para a administração (gestão) do sentido. Ela viria, desse modo, categorizar o indiscernível, dando-lhe visibilidade, tornando-o mensurável. Nas palavras de Orlandi

O dizer como ato que domestica o significar serve à asserção, à unificação do sentido e à unicidade do sujeito (...) A identidade — que exige coerência, unicidade, heterogeneidade disciplinada — produzida por nossa relação à linguagem, nos torna visíveis e intercambiáveis, como sujeitos (1992:56).

A enunciação e os desdobramentos enunciativos que a acompanham proveriam, portanto, uma intercambialidade entre o *um* e o *outro* na forma de uma justaposição, arrumando o movimento contraditório — função da incompletude — do sujeito com a alteridade.

No reverso dessas observações devemos reconhecer, então, que a emergência da *indistinção* no fio do discurso, sem que dela resulte uma "quebra de sentido" no dizer (e para o sujeito enunciador), aparece regrada por condições de produção específicas do discurso. É assim que a oralidade vem se instalar novamente em nosso percurso.

Em um retorno às considerações de Authier (1992, Tomo I: 595), podemos compreender que um traço próprio às formas de representação meta-enunciativas no oral é mostrar-se como uma "imagem direta da auto-recepção" da enunciação "que se vai fazendo".

Em outras palavras, no trajeto mesmo de elaboração da fala, aquelas formas surgem no momento em que o sujeito enunciador se confronta, do interior das *evidências* que o engendram, com uma "inadequação do dito" ou uma "resistência do

a-dizer" (Authier, idem). A imprevisibilidade desse processo pode bem deixar margens amplas para que, no retorno sobre o próprio dizer face a um *dizer outro*, a *indistinção* se realize, em seus efeitos.

Mas, se parece haver uma possibilidade de considerarmos a irrupção da *indistinção* no fio do dizer nessa relação geral com os processos de produção oral da linguagem, não é somente no que diz respeito à oralização da língua que essa relação nos parece significativa. De acordo com nossas observações anteriores, a oralidade no discurso cotidiano rural se apresenta como uma prática, dando-se como um *modo de dizer* em um sentido amplo. É nessa direção que tecemos, em linhas bem gerais, as considerações que seguem.

3 UM CERTO MODO DE DIZER

No modo como anteriormente consideramos a oralidade no discurso rural, mencionamos sua dupla forma de se fazer presente em nossa reflexão. Uma forma geral, ligada à natureza do *corpus* (textos orais), e outra vinculada ao que chamamos de prática oral da linguagem.

Não estando restrita à oralização da língua, a *oralidade* assumiu para nós o sentido de uma condição de produção do discurso. Quer dizer, ela estaria intervindo na estruturação do discurso na medida em que, enquanto prática oral naquela região rural, ela se define na duração e extensão temporal e congrega, de acordo com Zumthor

um conjunto complexo e heterogêneo de condutas e modalidades discursivas comuns, determinando um sistema de representações e uma faculdade de todos os membros do corpo social de produzir certos signos, de identificá-los e interpretá-los (Zumthor, 1993: 22).

No domínio da linguagem, essas nossas considerações encontram ressonância nas observações de Orlandi (1989) sobre a relação dialógica que se estabelece no meio rural. Segundo ela, o sujeito-agricultor

não trata a relação de interlocução como feita de uma sucessão de `turnos` fechados em si mesmos e posteriormente colocados em relação, mas como um movimento, como um fluir que não separa categoricamente o que é de um ou de outro interlocutor (idem:143).

A este movimento se associa o fato de, conforme esta autora, o sujeito rural deixar agir, sem tentar apagar, a incompletude da linguagem.

A materialidade da língua não deixaria de realizar, de qualquer forma, os efeitos discursivos que aí se produzem.

Authier (1982:146), nos diz, por exemplo, que os discursos científicos, de um lado, e os dogmáticos (religioso, pedagógico, político) de outro, procuram eliminar tendencialmente todo traço de *heterogeneidade mostrada*, desde que eles pretendem se apresentar "quanto a seu modo de enunciação, como discursos da Verdade, fora de toda especificidade histórica e individual" (Grifo da autora).

No modo pelo qual se dá lugar "ao outro" em um discurso, localizamos, desse modo, e mais uma vez, formas históricas de gerenciamento dos sentidos (e dos sujeitos), de definição de *posições* enunciativas.

A repetibilidade das marcas de heterogeneidade não somente se apresenta, portanto, como um traço particular ao modo de enunciação do discurso cotidiano rural — se considerado na relação com aqueles discursos — como designa a existência de um processo enunciativo-discursivo que se contrapõe àquele onde se inscrevem os discursos da Verdade.

Nesta direção, o funcionamento da incompletude e da *indistinção* encontrar-se-ia ancorado nesses processos, com todos os embates que os perpassam. Mas esta é uma direção que suscita novas questões.

Para o percurso que desenvolvemos até aqui, é-nos suficiente perceber, quanto a essa dimensão dos *modos de dizer*, que as *interferências entre discursos* e os modos em que elas se manifestam no fio de um discurso trazem consigo as condições em que este discurso se produz, e estas se articulam à determinações históricas — interdiscursivas — particulares às práticas discursivas. Nesse sentido é que podemos compreender, junto ao que Pêcheux nos diz com

O discurso outro (...), enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo, como o princípio do *real* sócio-histórico (Pêcheux, 1993: 55)

que as *marcas de dizer* vêm configurar gestos discursivos onde, por um incessante retorno do sujeito (e dos sentidos) ao *universo de dizeres estabilizados* (Pêcheux, 1983b) e pela iminência de um *outro sempre possível*, desestabilizando esse movimento, *jogam* representações, *equivalentes* ou *não*, desse *real*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da não-coincidência fundamental entre as duas ordens heterogêneas que a nomeação sobrepõe — a que concerne ao geral, ao finito dos signos, e a que concerne ao singular, ao infinito, ao contínuo das coisas — (...) surge, no próprio princípio da nomeação, a dimensão de uma perda, de uma "falha em nomear". É é dessa falha em nomear — que, para o sujeito falante é particularmente falha *para se nomear*, falha para dizer a verdade que "não se diz toda *porque as palavras faltam*" (Lacan) — que estruturalmente se constitui o sujeito, em um irreduzível desvio (*écart*) de si mesmo, sujeito, pelo fato de que ele é falante e, por consequência do que ele é, falho" (Authier, 1994: 253).

É a esta "perda", reverso de toda palavra, que respondem os muitos gestos que fundam a enunciação, conforme referimos em nossas análises.

Restituindo aos sujeitos, fantasmaticamente, "uma coincidência consigo mesmos que, constitutivamente, lhes interdita sua língua real", estes gestos se exercem em modos diversos (Authier, 1994).

Um primeiro modo é aquele de busca de um espaço de fuga desse *real* de "perda". Retratando-o está a radicalidade da apresentação de um *lugar outro* de realização do dizer. Este é o *lugar* proposto em gestos como a não-fala (não-dizer), a não-nomeação, o silêncio, que distinguem a impossibilidade de dizer e o não-querer dizer do inevitável do não-dito de todo dizer. Também é o que se projeta nos investimentos em uma língua imaginária, resistente às lacunas, às falhas; produz-se, assim, a possibilidade de tudo dizer sem perda.

Diversamente a esse primeiro modo de resposta acontecem os gestos que se fudam como um reconhecimento da *falta*, da *perda*. É o caso da assunção dessa *falta* na lida com a escritura, explicitada por Schneider, por exemplo, em "Escreve-se sobretudo porque as palavras faltam" (apud Authier, *idem*).

Outro modo de resposta é aquele que consiste em *acompanhar o dizer* pelo dizer de *sua falta*: em seu desdobramento estão as múltiplas figuras de representação que as formas da heterogeneidade mostrada instauram no campo da *negociação* cotidiana dos enunciadores com o dizer.

Os gestos meta-enunciativos de explicitação das falas no discurso cotidiano rural, tal como os compreendemos, se localizam no campo dessa negociação cotidiana. Formas de negociação *obrigada* com o *outro heterogêneo constitutivo*, eles representam, portanto, respostas à falta, às não-coincidências, "no `intervalo` das quais toda fala — e todo sujeito — deve `colocar-se`, ao seu modo próprio" (Authier, *idem*:255). Seu estatuto enunciativo é aquele de formas mostradas da

heterogeneidade que vem marcar, na enunciação, a circunscrição do *um* (face à falta, ao *não-um*), construindo uma *representação* de unidade — *imaginária* — para o sujeito e o discurso.

Ao percorrermos os modos de emergência desses gestos (os mais recorrentes) naquele discurso, tendo por eixo de discussão a relação entre explicitação e delimitação das falas neles presente, nos deparamos, contudo, com uma *indistinção* de vozes associada ao rompimento, no fio do discurso, dos limites entre o que nele se representa como o *um* (o discurso em *uso* pelo sujeito enuncizador) e o *outro* (o discurso *mencionado, citado, exibido* na enunciação como vindo de outra situação enunciativa, de um além, um "outro" lugar).

A diluição dos limites entre o *um* e *outro* articula-se a uma configuração enunciativa de *interferências de discursos*. Em uma comparação com outros modos de enunciação onde estas interferências também acontecem, observamos a existência de algumas particularidades nas situações discursivas que analisamos.

Em nosso entender, a maneira como a *interferência* de discursos acontece no discurso rural cotidiano não é redutível à outras formas de sua ocorrência em outros modos de enunciação, como é o caso do discurso indireto livre, por exemplo. Sobre este aspecto, parece-nos necessária a realização de uma análise de natureza distinta da que fizemos. Sem dúvida, uma tal análise poderia resultar em observações relevantes para o campo de estudo das formas de enunciação do discurso de *outrem*.

Ainda nessa direção de uma descrição dos mecanismos meta-enunciativos, mostramos que a ocorrência de *falar* não se restringe ao funcionamento de *verbo de locução*. Também nesse sentido parece-nos desejável uma investigação.

Por outro lado, a diluição daqueles limites indica um modo de construção do discurso em que na materialidade lingüística tem lugar o múltiplo, o indistinto. Conseqüentemente, abre-se no fio do dizer uma espécie de *falha* no controle do sujeito sobre o seu discurso. Indistinguem-se o *dizer em uso* e o *dizer mencionado*.

Considerando que ao desdobramento *uso/menção* corresponde aquele do sujeito em *usuário/observador*, ambos implicados na estrutura meta-enunciativa da atividade de linguagem, a *falha* na delimitação do *um* e do *outro*, e, conseqüentemente a indistinção entre eles, apresenta-se como um fenômeno que atravessa os processos de enunciação, em sua totalidade.

O reconhecimento dessa *falha* nos leva a considerar a existência de um processo de representação de unidade para o sujeito e o discurso que opera na conjunção do funcionamento dos gestos meta-enunciativos (e com eles, da *ilusão* de controle e regulagem da enunciação pelo sujeito) e do que, na linguagem, é inerente ao seu funcionamento: a incompletude (Orlandi, op. cit).

Instalado na *evidência de si e dos sentidos*, o sujeito retorna meta-enunciativamente sobre o que diz, organizando o que se lhe apresenta como *outro*. No entanto, a incompletude, que faz

com que o dizer não se complete em si mesmo e nem o sujeito seja a fonte primeira do que diz, desorganiza esse retorno, dá lugar ao indistinto. A *alteridade* passa a se configurar, desse modo, em um espaço múltiplo e heterogêneo de dizeres possíveis e, ao mesmo tempo, um espaço do "possível" do dizer.

Retomando Orlandi, podemos dizer que se trata de "um espaço de recorrência de processos de significação muito mais complexos e que não estacionam apenas em um dizer que está a espera de explicitação" (1992: 176).

Por fim, podendo atribuir à *indistinção* um caráter geral, compreendemos que ela pode se manifestar de muitas maneiras no fio do discurso, embora estas manifestações sofram restrições de natureza histórica e ideológica. Quer dizer, há uma injunção à completude, à organização, ao discernimento, no sujeito e no discurso, que atravessa seus modos de constituição em uma formação social como a nossa; no entanto, no avesso (do avesso?) dessa injunção (e de modo a torná-la uma necessidade), está o trabalho do sentido sobre o sentido, do sentido sobre o sujeito, do sujeito sobre o sentido, infinitamente.

BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER-REVUZ, J. "Les formes du Discours Rapporté: Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés". DRLAV, nº 17. 1978.
- "Paroles Tenues à Distance" em Matérialités Discursives. Nanterre, Paris, 1980.
- "Hétérogénéité Montrée et Hétérogénéité Constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". DRLAV, nº 26, 1982.
- "Hétérogénéité(s) Enunciative(s)". Language, nº 73, 1984.
- Les Non-coïncidences du dire et leur Représentations Méta-énonciatives. Etude Linguistique et Discursive de la Modalisation Autonomique. Thèse présentée en vue du Doctorat d'Etat, Université de Paris VIII, 1992.
- "Falta do Dizer, Dizer da Falta: as Palavras do Silêncio". Gestos de Leitura. Ed. Unicamp, 1994.
- BAKHTIN, M. (1929) Marxismo e Filosofia da Linguagem. 4ª ed. Hucitec, SP, 1988.
- BENVENISTE, E. (1966) Problèmes de Linguistique Générale. Trad. Bras. Problemas de Lingüística Geral I. Ed. Pontes, Campinas, SP, 1988.
- (1974) Problèmes de Linguistique Générale II Trad. Bras. Problemas de Lingüística Geral II. Ed. Pontes, Campinas, SP, 1988.
- COURTINE, J.-J. "Definition D' Orientations Théoriques et Construction de Procédures en Analyse du Discours". Philosophiques, Vol. IX, Nº 2, 1982.
- DUCROT, O. (1984) Le dire e Le Dit. Trad. bras. O Dizer e o Dito. Pontes, Campinas, SP, 1987.
- FOUCAULT, M. L'ordre du Discours. Gallimard, Paris, 1971.
- GADET, F. & HAK, T. (orgs.) Towards an Automatic Discourse Analysis. Trad. Bras. Por uma Análise Automática do Discurso. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1990.
- & MAZIERE. "Effets de Langue Orale". Language, nº 81, 1986.

- & PECHEUX, M. (1981) La Langue Introuvable. Trad. Espanhol. La Lengua de Nunca Acabar. Fondo de Cultura Económica. México, 1984.
- GALO, S. L. Discurso da Escrita e Ensino. Ed. da Unicamp, 1992.
- GUIMARAES, E. R. & ORLANDI, E.P. "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito". em Sujeito e Texto. EDUC, SP, 1988.
- HAROCHE, C. (1984) Faire dire. Vouloir Dire. PUL. Trad. Bras. Fazer Dizer. Querer Dizer, Hucitec, 1992.
- HENRY, P. Le Mauvais Outil: langue, sujet et discours. Paris, Ed. Klincksieck, 1977.
- MAINGUENEAU, D. Approche de L'Énonciation en Linguistique Française. 6ª ed. Hachette, Paris, 1981.
- Éléments de Linguistique pour le Texte Littéraire. 1ª ed. Bordas, Paris, 1986.
- Novas Tendências em Análise do Discurso. Trad. Freda Indursky, Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1989.
- OLIVEIRA, G.M. de. "Análise de um Modelo de Organizadores Textuais no Português Falado". Anais da SBPC, pag. 553, 1994.
- ORLANDI, E.P. A Linguagem e seu Funcionamento. As Formas do Discurso. 2ª ed. Pontes, Campinas, SP, 1987.
- "Segmentar ou Recortar?" em Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos, nº 10, Fiube, Uberaba, 1984.
- Discurso e Leitura Cortéz /ed. Unicamp. Campinas, SP, 1988.
- Vozes e Contrastes. Discurso na Cidade e no Campo. Cortéz, SP, 1989.
- Terra à Vista. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Cortéz/ed. da Unicamp, Campinas, SP, 1990.
- As Formas do Silêncio: No Movimento dos Sentidos. Ed. da Unicamp. Campinas, SP, 1992.
- PAYER, M. O. Linguagem e Educação Popular: Reprodução, confrontos e deslocamentos de sentido. E. Unicamp, 1993.
- PECHEUX, M. (1969) Analyse Automatique du Discours. Trad. Bras. "Análise Automática do Discurso" em Por uma Análise Automática do Discurso. op.cit.
- (1975) Les Vérités de La Palice. Trad. Bras. Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Ed. da Unicamp, SP, 1988.

- "L'énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison" em Matérialités Discursives. Presses Universitaires de Lille, Paris, 1980.
- (1983a) "A Análise do Discurso: Três Épocas (1983)". em Por uma Análise Automática do Discurso. op. cit.
- (1983b) Discours: Structure or Event?. Trad. Bras. Q Discurso: Estrutura ou Acontecimento? Ed. Pontes. Campinas, SP, 1990.
- "Rôle de la mémoire" em Histoire et Linguistique. Ed. de la Maison des Sciences de l'homme. Paris, 1984a.
- "Sur les Contextes épistémologiques de L' Analyse de Discours" em Mots, nº 9, 1984b.
- & FUCHS, C. (1975) Mises au Point et Perspectives à Propos de L'analyse Automatique du Discours. Trad. Bras." A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e novas perspectivas " em Por uma Análise Automática do Discurso. op.cit.
- SOUZA, T. C. C. "Considerações sobre a Estrutura Discursiva da Língua Tapirapé". Série Estudos, Uberaba, MG. 1986.
- ZUMTHOR, P. A Letra e a Voz. A "literatura" Medieval. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.